

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

**PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)
ANÁLISE DE SISTEMAS**

DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA

Carlos Alberto de Andrade Franco Bueno

São Paulo – 2000

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)

ANÁLISE DE SISTEMAS

DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA

Monografia elaborada
como
parte das exigências para
a
obtenção do título de
especialista em Análise de Sistemas

São Paulo – 2000

Epígrafe

"Liberty is the participation in power."
Marcus Tullius Cicero

"The concept of equality, which demands that 'each person shall have . . . the same political - and perhaps economic - standing as every other person' (Movements of Thought in the Nineteenth Century 23 - George Herbert Mead)"

Goff Thomas Marx and Mead

Dedicatória

Aos meus pais pelo incentivo ao estudo, à Integração Social e à Honestidade.

Agradecimentos

A todos os professores e mestres pela dedicação e incentivo.

RESUMO

BUENO, Carlos Alberto de Andrade Franco.

Democracia da Informática. Monografia apresentada para obtenção do título de Analista de Sistemas. São Paulo. Universidade Mackenzie, 2000.

A função da democracia é dar o poder de decisão ao povo, sem limites, onde ele diria o que é importante, crucial ou secundário, quanto deveria ser investido, por que período de tempo, como e com que controle, para garantir a execução de modo correto do objetivo. Embora a propaganda de políticos sempre foi uma democracia ampla, geral e irrestrita, ainda não a conseguimos.

A Web tem crescido assustadoramente nos últimos anos como uma tecnologia computacional onde quase tudo é feito, de modo simples e acessível a todos que sabem ler.

Portanto, ai está o desafio: porque não integrar essa Informática, tão ampla, solidária e simples, para a votação que permitiria ao povo realmente decidir o destino e uso do dinheiro de seu imposto, de sua vida política ?

ABSTRACT

BUENO, Carlos Alberto de Andrade Franco.

Democracy of the Computer science. Monograph presented for obtaining of the title of Analyst of Systems. São Paulo - Brazil. University Mackenzie, 2000.

The function of the democracy is to give the power of decision to the people, without limits, where they would say what is important, crucial or secondary, as it should be invested, for what period of time, as and with that control, to guarantee the execution in correct way of the objective. Although the politicians' marketing always offered a wide, general and unrestricted democracy, we didn't still get it.

The Web has been enormous growing in the last years as a computer technology where almost everything is made, in a simple and accessible way the whole ones that know how to read.

Therefore, here is the challenge: Why not we integrate that Computer science, so wide, solidary and simple, for the voting that would really allow to the people to decide the destiny and use of the money of its tax, of its political life?

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Critério para Priorização de Obras Estruturais – Parte 1

Figura 2 - Critério para Priorização de Obras Estruturais – Parte 2

Figura 3 - Critério para Priorização da Regulamentação das ADE's

Figura 4 - Critério para Priorização de Planos Regionais

Figura 5 - Etapas 1, 2, 3 e 4 – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.

Figura 6 - Visualização das Etapas 1, 2, 3 e 4 – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.

Figura 7 - Exemplo de Critérios e Pesos – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.

Figura 8 - Exemplo de Critérios e Pesos – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte de 1998.

Figura 9 - Diagrama de Funcionamento – Orçamento Participativo de Porto Alegre

CRITÉRIOS	CONCEITUAÇÃO	INDICADORES		PONTOS
INDICAÇÕES ANTERIORES (4 pontos)	Indicações constantes de instrumentos normativos ou diretrizes oriundas de instâncias representativas da sociedade	■ Proposta de Conferência Municipal de Política Urbana ou Habitação ou constante do Plano Diretor	não	-
			sim	4
ABRANGÊNCIA DA AÇÃO (8 pontos)	Alcance do benefício direto da ação no território municipal	■ População diretamente beneficiada (em 1.000 hab.)	≤ 250	4
			≤ 1.000	6
			> 1.000	8
CUSTO GLOBAL NO PERÍODO 2000 / 2004 (10 pontos)		■ Valor (em R\$1.000.000,00)	≤ 5	10
			≤ 15	8
			≤ 30	6
			≤ 50	2
			≤ 100	-
			> 100	- 2

Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 1

Critério para Priorização de Obras Estruturais – Parte 1

CRITÉRIOS	CONCEITUAÇÃO	INDICADORES		PONTOS
ESTRUTURAÇÃO URBANA (48 pontos)	Potencialidade da ação na efetivação das diretrizes de intervenção pública na estrutura urbana estabelecidas no Plano Diretor, buscando a redução da desigualdade sócio-espacial	■ Descentralização de atividades, serviços e infra-estruturas	não	-
			sim	10
		■ Melhoria da acessibilidade e das condições de integração e de uso coletivo do espaço	não	-
			local	4
			regional	6
			municipal	10
		■ Melhoria da qualidade ambiental ou revitalização do espaço urbano	não	-
			local	4
			reg./ mun.	8
		■ Reversão de situação de exclusão urbana (famílias de baixa renda beneficiadas)	não	-
			até 1.000	6
			> 1.000	10
		■ Correção / prevenção de situações críticas de risco e insalubridade	não	-
sim	8			
■ Pré-requisito para outras obras	não	-		
	sim	2		
IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA NO FUNCIONAMENTO DA CIDADE (30 pontos)	Grau de urgência da ação para a garantia do desempenho de função essencial da cidade	baixa	5	
		média	10	
		alta	20	
		vital	30	

Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 2

Critério para Priorização de Obras Estruturais – Parte 2

CRITÉRIOS	INDICADORES		PONTOS
INTERESSE RELATIVO À REGULAMENTAÇÃO DA ADE (35 pontos)	■ Estudos já realizados	não	-
		sim	10
	■ Mobilização da sociedade civil	não	-
		sim	25
ESTRUTURAÇÃO URBANA (65 pontos)	■ Susceptibilidade à pressão de ocupação /substituição	baixa	10
		média	15
		alta	25
	■ Importância estratégica da área na estrutura da cidade	não	-
		local	20
		regional	30
	municipal	40	

Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 3

Critério para Priorização da Regulamentação das ADE's

CRITÉRIOS	CONCEITUAÇÃO	INDICADORES		PONTOS
ANDAMENTO DA PROPOSTA (10 pontos)	■ Estágio atual	■ Estudos já realizados	não	0
			sim	10
ESTRUTURAÇÃO URBANA (90 pontos)	Potencialidade da proposta na efetivação de diretrizes de intervenção pública na estrutura urbana	■ Fragmentação espacial ou degradação ambiental na área	baixa	10
			média	25
			alta	40
		■ Susceptibilidade à pressão de ocupação (Taxa de crescimento do nº de domicílios p/ Adm. Reg.)	baixa	10
			média	15
			alta	30
		■ População beneficiada (renda média dos chefes de família)	+ de 6 SM	10
			3,1 a 6 SM	15
			até 3 SM	20

Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 4

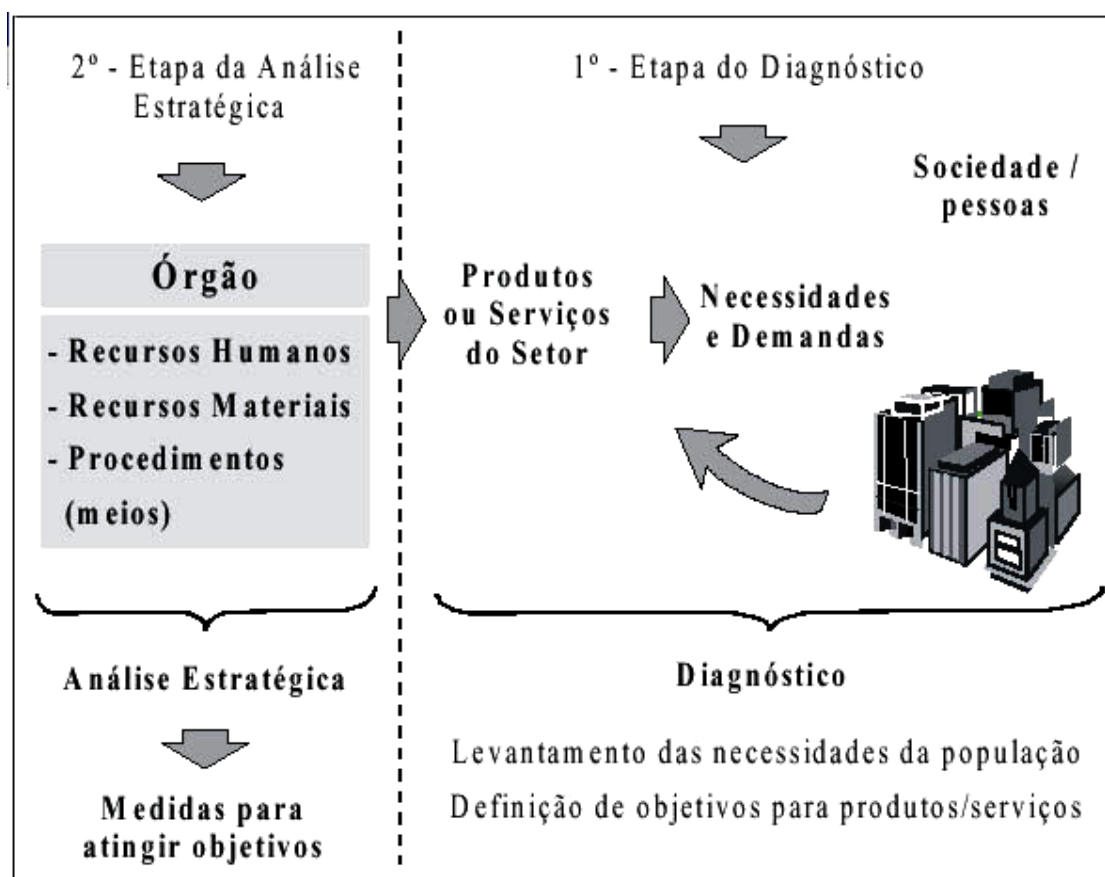
Critério para Priorização de Planos Regionais.

ETAPAS	EVENTOS	RESULTADOS	PRODUTOS DAS ETAPAS
1 Compromisso	<i>1.1) Pré-Conferência</i>	<i>Lista de problemas e recomendações para os Setores</i>	<i>Orçamento Participativo Cidade instalado</i>
	<i>1.2) Instalação da Comissão da Cidade</i>	<i>Comissão formada</i>	
2 Diagnóstico	<i>2.1) Seminários de Gestão - Fase I</i>	<i>Lista de metas (problemas por setor)</i>	<i>Objetivos (metas) estratégicos para a cidade definidos</i>
	<i>2.2) Pesquisa quantitativa</i>	<i>Lista de metas (problemas) identificadas pela população</i>	
3 Análise Estratégica	<i>3.1) Seminário de Gestão - Fase II</i>	<i>Planos Estratégicos Setoriais</i>	<i>Planos estratégicos (conjunto de medidas setoriais e intersetoriais)</i>
	<i>3.2) Reuniões Intersectoriais</i>	<i>Linhas Intersectoriais</i>	
4 Definição de Prioridades	<i>4.1) Plenárias Setoriais</i>	<i>Apreciação dos "Planos Estratégicos Setoriais" e definição de prioridades setoriais e intersectoriais para deliberação na 1ª Conferência da Cidade</i>	<i>Priorização das Medidas dos Planos e Linhas Estratégicas</i>
	<i>4.2) 1ª Conferência da Cidade</i>	<i>Diretrizes estratégicas para a cidade priorizada</i>	

Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 5

Etapas 1, 2, 3 e 4 – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.



Fonte: OP Cidade – Revista Cidade

Figura 6

Vizualização das Etapas 1, 2, 3 e 4 – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.

CRITÉRIO E PESO						
REGIÃO	Car	Pop	Pri	SOMA	RECURSOS	RECUROS
PESO	X 4	X 2	X 4	=Car*4 +Pop*2+Pri*4	%	metros
Humaitá/Nav.	1	2	3	20	4,76%	952
Noroeste	1	4	0	12	2,86%	571
Leste	1	3	4	26	6,19%	1.238
Lomba	3	2	5	36	8,57%	1.714
Norte	1	3	3	22	5,24%	1.048
Nordeste	2	1	4	26	6,19%	1.238
Partenon	1	4	5	32	7,62%	1.524
Restinga	1	2	5	28	6,67%	1.333
Glória	2	2	5	32	7,62%	1.524
Cruzeiro	1	3	4	26	6,19%	1.238
Cristal	1	1	4	22	5,24%	1.048
Centro-Sul	2	3	5	34	8,10%	1.619
Extremo-Sul	4	1	5	38	9,05%	1.810
Eixo da Balt.	1	3	4	26	6,19%	1.238
Sul	1	2	5	28	6,67%	1.333
Centro	1	4	0	12	2,86%	571
TOTAL				420	100,00%	20.000
Ca: CARÊNCIA de serviços públicos e/ou infra-estrutura (PESO 4), notas de 4 a 1, para pav.						
Po: POPULAÇÃO total da região, cf. IBGE (PESO 2), notas de 4 a 1.						
Pri: GRAU DE PRIORIDADE definido pela região (PESO 4), notas de 5 a 1.						
Fonte: Gabinete de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.						

Figura 7

Exemplo de Critérios e Pesos – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 98

REGIÕES	POPULAÇÃO		CARÊNCIA			Prioridade1 nota 5	Prioridade2 nota 4	Prioridade3 nota 3	Prioridade4 nota 2	Prioridade5 nota 1
	hab.	nota	pav.	hab.	dren.					
Humaitá/Nav.	55.657	2	1	3	1	habitação	saneamento	pavimentação	saúde	educação
Noroeste	136.806	4	1	3	2	habitação	saúde	saneamento	áreas lazer	esporte/lazer
Leste	108.941	3	1	3	3	habitação	pavimentação	saneamento	saúde	educação
Lomba	38.859	2	3	3	4	pavimentação	saneamento	saúde	habitação	educação
Norte	99.052	3	1	3	2	saneamento	saúde	pavimentação	educação	habitação
Nordeste	28.844	1	2	2	3	habitação	pavimentação	ass. social	saneamento	áreas lazer
Partenon	135.361	4	1	3	2	pavimentação	saneamento	educação	saúde	habitação
Restinga	41.493	2	1	2	2	pavimentação	habitação	saneamento	saúde	educação
Glória	44.342	2	2	3	3	pavimentação	habitação	saneamento	saúde	áreas lazer
Cruzeiro	63.081	3	1	3	3	habitação	pavimentação	saneamento	saúde	ass. social
Cristal	26.802	1	1	3	1	habitação	pavimentação	iluminação	áreas lazer	saneamento
Centro-Sul	109.225	3	2	2	2	pavimentação	educação	habitação	saneamento	desenv. eco.
Extremo-Sul	20.647	1	4	3	5	pavimentação	saneamento	saúde	áreas lazer	ass. social
Eixo da Batt.	82.313	3	1	2	3	habitação	pavimentação	saúde	educação	saneamento
Sul	56.652	2	1	2	3	pavimentação	saneamento	saúde	transp.-circ.	áreas lazer
Centro	293.193	4	1	2	1	habitação	educação	desenv. eco.	cultura	esporte/lazer

pav: nota cf. carência de pavimentação fixada pela SMOV - Secretaria Municipal de Obras e Viação.

hab: nota cf. carência de habitação fixada pelo DEMHAB - Depto Municipal de Habitação

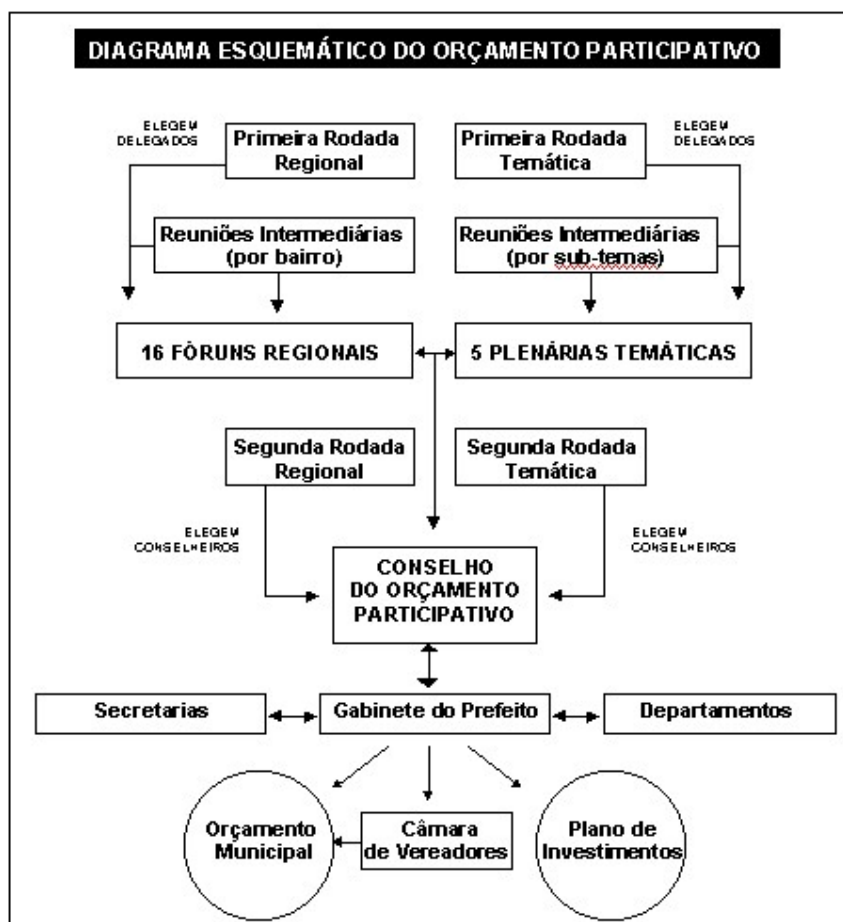
(envolve toda a política habitacional: urbanização, reassentamento, regularização, construção de moradias etc.).

dre: nota cf. carência de drenagem fixada pelo DEP - Depto. Municipal de Esgotos Pluviais.

Fonte: Gabinete de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Figura 8

Exemplo de Critérios e Pesos – Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte de 1998.



Fonte: Rebecca Abers – 1999 - 16

Figura 9

Diagrama de Funcionamento – Orçamento Participativo de Porto Alegre

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	19
II – METODOLOGIA DE PESQUISA	33
III – CONCEITOS DA VOTAÇÃO NA INTERNET	36
IV – LEGISLAÇÃO ATUAL SOBRE VOTAÇÃO POPULAR	51
V – CONCEITOS DA VOTAÇÃO POPULAR	57
VI – O FUTURO: ‘DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA’	98
VII – QUESTIONAMENTOS SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO RESPONDIDO BASEADO NA DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA	113
VIII – CONCLUSÃO	121
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
X – BIBLIOGRAFIAS	132

I - INTRODUÇÃO

A função da democracia é dar o poder de decisão ao povo, sem limites. Nós é que a simplificamos como somente transferir a votação de nossas decisões aos nossos ‘representantes’ (Democracia Representativa).

Esses, muitas vezes logo após o pleito, ao invés de tornarem-se representantes de nossas reivindicações, nós nos tornamos reféns de suas idéias e decisões, muitas vezes não democráticas nem inteligentes, para não dizermos outros adjetivos mais polêmicos.

“O Sufrágio Universal ... tem se mostrado insuficiente para coibir abusos de poder...” (Suplicy, 1999, 1)

“... os sistemas políticos clássicos, baseados na cultura de representatividade... dão sinais de esgotamento, estimulando a não participação, o distanciamento, **deixando os mandatários**, após eleitos, livres para escolher sem acompanhamento, **sem controle social direto**. O Estado afastado do controle social, torna-se presa fácil de interesses privados, sejam eles oriundos de seu próprio interior (clientelismo ou tecnocratização) ou exteriores (lobismo corporativo ou de classe).” (Cordeiro, 1999 – 4)

“Estas populações foram historicamente esquecidas pelas administrações municipais ... tanto, que no início do processo do Orçamento Participativo foram constatados casos, comprovados por documentação, de populações que lutaram durante 30 ou 40 anos em busca de rede de esgoto ou pavimentação de rua.” (Olegário Filho, 1999, 2)

“... após o fim da Guerra Fria, tanto a Europa do Leste como a América do Sul – apesar das tantas diferenças... - ... 3. Em ambas as regiões, governos democraticamente eleitos não raramente lidam com questões políticas (pobreza, drogas, crimes) com menos eficiência do que os regimes autoritários anteriores.” (Hammer, 1999 – 7)

Acreditávamos ao começar esse projeto que seríamos pioneiros! Mas encontramos reais pioneiros, que enfrentaram tudo e todos, alguns já a mais de dez anos (O Início do Orçamento Participativo de Porto Alegre, o maior e mais antigo sucesso, foi em 1989)! No Brasil! Sem ser notícia na mídia! Sem ser programa de discussão em faculdades e partidos políticos (a exceção do partido fundador do mesmo o PT).

“Lembro quando ganhamos o prêmio da Habitat a CNN e outras televisões mundiais chegaram para Fortaleza e queriam colocar em 2 minutos 10 anos de trabalho participativo com milhares de pessoas. Não conseguimos repassar estas experiências...” (Cabannes – 1999 – 5)

O pior disso é achar mais referências na Internet em inglês e francês (e outras línguas que não consigo nem Ter certeza se fala realmente sobre o assunto) sobre o nosso OP (Orçamento Participativo) de Porto Alegre, Belo Horizonte e outras cidades! E as melhores referências na Internet sobre esse assunto em português serem traduções do inglês e do francês!

A redução de abrangência da Democracia foi até alguns anos atrás criada e mantida por incapacidade técnica, devido a crescente aumento populacional

das cidades, e com isso o afastamento do cidadão de seus representantes e de suas decisões.

“Dizia Rousseau... Para que se mantenham as condições de liberdade e igualdade, onde nenhum cidadão perde sua soberania no processo de formação da vontade geral esta não pode ser delegada ou transferida, a não ser para encarregados de executá-la, cujos mandatos devem ser revogáveis a qualquer momento.” (Pont – 1999 – 3)

Mas o Orçamento Participativo mostrou que com vontade política, muito trabalho e dedicação, mesmo cidades do tamanho e da complexidade de Porto Alegre e Belo Horizonte podem ser geridas ou direcionadas pelos cidadãos utilizando o OP. E notem que a OP conseguiu seus objetivos mesmo enfrentando os problemas decorrentes do modo simples e braçal de votações abertas a quem do povo interessar. E seus resultados foram expressivamente excepcionais:

“Em 1988, quando o atual governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, assumiu o governo municipal, Porto Alegre era uma cidade sem recursos para investimentos, tinha um sistema de transporte coletivo medíocre e as favelas cresciam vertiginosamente. A Prefeitura arrecadava mal seus impostos e gastava 98% de sua receita com a folha de pagamento.

Após três administrações sucessivas, o PT gaúcho conseguiu recuperar o equilíbrio financeiro da capital. A receita do município

aumentou e hoje apenas 63% dela é gasta com funcionários. A cidade está prestes a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um índice máximo de 60% de despesas com pessoal. A participação do IPTU no total arrecadado pela prefeitura cresceu de 6% para 12%. Fiscais da prefeitura tornaram-se mais rigorosos na arrecadação dos impostos. Hoje, acredita-se na capital gaúcha que eles sejam mais resistentes à tentativa de propina. As dívidas da prefeitura começaram a ser pagas em dia. Com o saneamento financeiro, Porto Alegre readquiriu sua capacidade de investimentos e o acesso ao crédito internacional. Nos últimos dez anos, foram gastos 500 milhões de dólares em obras de urbanização, pavimentação e saneamento básico, investimentos decididos pela comunidade por meio do Orçamento Participativo, um sistema que estimula a população a comparecer em reuniões que discutem a forma de definir os gastos da cidade e virou produto de Exportação. Hoje, Porto Alegre, uma das poucas cidades brasileiras a cuidar diretamente desse serviço, tem 84% da população atendida pela rede de esgoto (antes era 46%) e, de tudo que é coletado, 27% recebe tratamento (antes era apenas 2%). O déficit de pavimentação, que era de 500KM, hoje está em 180KM. A idade média da frota de ônibus de Porto Alegre, antes de 11 anos, passou a 4. É possível andar de ônibus com ar-condicionado. O eleitor nota essas mudanças, mesmo que não dê a mínima atenção a denúncias genéricas que o PT costuma fazer sobre os perigos da globalização econômica e o risco apresentado pelos

barões do sistema financeiro internacional. “Os governos do PT em Porto Alegre têm responsabilidade fiscal, criatividade e capacidade de mobilizar a comunidade”, diz o economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda.” (Veja – Secco – 2000 – 11)

Por que devemos mudar? Se em time que está ganhando não se mexe, em time que só perde de goleada e leva olé, não deve ficar pedra sobre pedra! Tudo deveria ser modificado.

A Democracia Representativa apresenta Problemas de Poder Central. O Socialismo também, em escala muito maior.

“A experiência soviética não sobreviveu a guerra civil e ao processo de autoritarismo e burocratização na concepção que prevaleceu na luta interna na União Soviética. O partido único e a identificação deste com o Estado centralizador e todo poderoso afastou a possibilidade do fortalecimento da auto gestão, da auto organização e do controle democrático de um Estado planificador apenas ‘das coisas’ e não um instrumento de dominação de classe, ‘das gentes’.” (Pont, 1999, 3)

Estamos (Brasil) arrecadando em tributos (Ano 2000) cerca de 31,5% do PIB, sem darmos praticamente nada em termos de segurança, educação, saúde, obras de saneamento básico, transporte, etc... E estamos cheios de ouvir casos de má utilização do dinheiro pública.

“Em São Paulo, no horário de pico, 450.000 veículos produzem congestionamentos de até 200KM de extensão. Metade dos 1,3 milhões de habitantes do Recife vive em áreas com algum tipo de

irregularidade, a maior parte em favelas. No Rio de Janeiro, 1 milhão de pessoas moram em morros. Vitória é o centro de uma área metropolitana que tem o maior índice de homicídios do país, 70 (setenta) mortos por ano a cada 100.000 habitantes. Mais de 300.000 moradores de Fortaleza são analfabetos.” (Veja – Secco – 2000 – 11)

Nós sabemos que mesmo resolvidos os problemas técnicos, jurídicos e políticos da Democracia da Informática, chamada também de Democracia Direta, será difícil, polêmico e demorada a sua implantação. Também, a modificação desse paradigma de simplesmente votar no representante para o paradigma proposto é realmente um grande passo.

Talvez a dificuldade maior será a falta de vontade política dos governantes de perder o poder, apesar de que alguns governos e partidos de oposição já adotarem essas idéias.

“A Administração municipal petista chegou a encaminhar à Câmara Municipal um projeto de lei regulamentando os mecanismos de Participação Popular presentes na Lei Orgânica. Fez isso paralelamente à tramitação do projeto de reforma administrativa que contemplava a descentralização política e administrativa do Município através da criação de sub prefeituras e conselhos de representantes. A maioria conservadora existente na Câmara Municipal barrou a tramitação desses projetos de reforma política da gestão municipal.” (Suplicy, 1999, 1)

Os outros motivos são os conhecidos de qualquer mudança mais radical de algum conceito básico.

“Mais Ainda, está enraizada na moderna cultura política ocidental a noção de que a única forma de democracia compatível com a especialização (burocratização) das funções do estado necessária no contexto de sociedades complexas é a democracia representativa.” (Utzig, 1999, 8)

A abrangência da Democracia da Informática seria, no ideal, que o povo pudesse escolher e dizer:

- O que é crucial, o que é importante, o que é secundário, desnecessário ou supérfluo;
- Quanto deveria ser investido, e caso surgissem gastos não calculados, decidir se continua a investir, aguarda ou interrompe o trabalho;
- Por qual período de tempo, e caso houvesse a necessidade de extensões de tempo, decidir se investe mais para terminar rapidamente, reduz a velocidade aguardando outra solução ou interrompe o trabalho;
- Como e com que controle, para garantir a execução do projeto de modo correto;
- Seguindo qual objetivo do mesmo até a sua conclusão e perdurando na manutenção.

Outro motivo que reforça a necessidade da utilização cada vez maior da Democracia da Informática é que a sociedade globalizada do final deste

século experimenta inovações tecnológicas que se apresentam com muita rapidez (e um dos maiores exemplos é a própria Internet, ainda quase totalmente sem jurisdição e controle), necessitando cada vez mais de uma resposta hábil e imediata da sociedade política, para redirecionar seus esforços educacionais e de mobilização popular a tomar decisões estratégicas, como criar leis, projetos e investimentos, sejam eles de curto, médio e longo prazo. Além disso, devem criar sinergia nas indústrias, empresas em geral, população e outros setores organizados do país para melhor se adaptarem à cada uma das novas realidades.

A Internet (Web) tem crescido assustadoramente nos últimos anos como uma tecnologia computacional onde quase tudo é feito, de modo simples e acessível a todos que sabem ler.

Na Internet, hoje, já temos aplicações onde:

- Pessoas que tem pensamento e ou interesse comum conversam e tornam-se comunidades, sem até se conhecerem fisicamente; Exemplos são os famosos Chats, IRCs e os antigos, mas não pouco utilizados News, hoje mais conhecidos como listas de interesse;
- Votos, medições de visitas a páginas auditadas e outros métodos de consulta popular proliferam; Exemplos são os brasileiros iBest, o www.tribunalonline.com.br;

- Correios eletrônicos sobre todo e qualquer assunto transitam entre usuários; Exemplos são os Emails tradicionais e os Emails via Web;
- Comércio Seguro de produtos baratos e caros são feitos movimentando-se Bilhões de Dólares e crescendo; Exemplos são o site Amazon Books e o Submarino, sem falar no CNET americano, da firma de computadores Dell americana e brasileira, da GM brasileira, entre tantas outras;
- Acessos aos Bancos são realizados trocando-se dados confidenciais, ou movimentando-se pequenas e grandes somas em dinheiro, também em modo seguro; Exemplos bons são os Bancos Brasileiros Bradesco e Itaú, com seus *Home Banking* fáceis de usar e seguros.
- Transmissões de Imposto de Renda e outras informações solicitadas por órgãos públicos são feitos por milhões de pessoas, novamente em modo seguro;

Isso já está sendo feito hoje e no Brasil somos pioneiros em muitas dessas atividades! Isso tudo já começa a ser considerado normal para a nova geração de nossos jovens cidadãos que estão sendo formados.

Portanto, vamos arregaçar as mangas, e tomar as rédeas de nosso futuro como nação. Vamos assumir esse desafio: Integrar essa Informática, tão ampla e abrangente, para a votação que permitirá ao povo realmente decidir o destino e uso do dinheiro de seus impostos e outros recursos.

“Os revolucionários de 1789 reinventaram o conceito de cidadão a partir do conceito dos Direitos do Homem. Isto é, numa base filosófica fundamental, universal, inalienável: qualquer que seja a organização política ou social, o homem é um ser livre e que vive em sociedade. O objetivo, ou utopia, dos revolucionários era a criação do sistema de sociedade, as modalidades de participação dos homens nessa sociedade, que melhor se acordem com esses fundamentos: um sistema que estabeleça as regras e os meios que permitam aos homens serem realmente sujeitos, no sentido psicanalítico da palavra, e não objetos sujeitados; em outras palavras, sujeitos do rei ou de qualquer outro poder autoritário. ... O modo de participação dos cidadãos na coisa pública, ou seja as formas da democracia, o código, não são senão os meios, as ferramentas de um conceito infinitamente mais globalizante, mais ambicioso, mais utópico.” (Braouezec, 1999, 6)

Democracia da Informática foi idealizado para ser uma ferramenta de gerência do cidadão no dia a dia de sua cidade. Antes de conhecer o Orçamento Participativo acreditávamos que poderia dar certo.

Após vermos que vários Orçamentos Participativos funcionam excelentemente bem, acima das expectativas dos Pesquisadores e Estudiosos políticos, temos a certeza que dará certo. Expusemos tanto o Orçamento Participativo quanto o plano de Democracia da Informática para algumas

peças, e a eles tudo isso pareceu Utopia. Antes de ser realizado, qualquer obra é Utopia.

“a utopia, mesmo quando parece afastar-se tem como função nos obrigar a caminhar para alcançá-la.” (Galeano, 1999, 9)

O estudo proposto da pesquisa está dividido em três partes:

- 1- Analisar como estão sendo feitos vários tipos de votação na Internet, qual delas seriam possíveis candidatas a serem utilizadas no projeto de votação proposto ao Brasil, sua viabilidade e custo. Apelidada de Votação na Internet, a metodologia do trabalho consistiu em pesquisas na própria Internet, fundamentadas à observação das técnicas e metodologias utilizadas para essas votações.
- 2- Acompanhar e analisar como estão sendo mantidas e gerenciadas as votações sem utilização da Internet, mas que permitem ao povo decidir sobre onde, como e quanto aplicar dos recursos do governo hoje existentes, como o Orçamento Participativo. Esses projetos, por não ter o apoio da informática tem sua abrangência apenas restringida por problemas físicos, já que não caberiam dezenas, centenas de milhares até milhões de pessoas num único recinto discutindo propostas/projetos e políticas. Outro entrave é que muitas tarefas são hoje de competência do Executivo, Judiciário e da Câmara de Representantes. Apelidada de Votação Popular, a metodologia do trabalho consistiu em pesquisar na

Internet sobre as votações populares abertas aos cidadãos, fundamentadas à observação das técnicas e metodologias utilizadas para essas votações.

- 3- Criação da ‘Democracia da Informática’. Juntando conceitos e soluções das duas partes acima, propondo como executar um projeto com esse intuito.

A monografia apresentada está dividida nos seguintes capítulos:

I – Introdução: Apresentamos a justificativa e a metodologia utilizada para o estudo em questão.

II - Metodologia de Pesquisa: Demonstramos que a própria Internet, aqui objeto de estudo e meio para o desenvolvimento do trabalho, é um ótimo meio de consultar ou disseminar a informação, de modo barato e rápido.

III – Conceitos da Votação na Internet: Abordamos as principais características e como são efetuadas e controladas as votações na Internet.

IV – Legislação Atual sobre Votação Popular: Abordamos como a Constituição Brasileira de 1988 trata os poderes políticos diretos de nossos cidadãos.

V – Conceitos da Votação Popular: Abordamos as principais características da utilização da votação popular que permitem ao povo decidir sobre onde, como e quanto aplicar dos recursos do governo hoje existentes.

VI – O Futuro: ‘Democracia da Informática’: Abordamos as perspectivas da Votação Popular utilizando a Internet, que é a possibilidade de unir essas duas vertentes criando a real Democracia da Informática, fornecendo abrangência de todos os assuntos à toda a população de uma localidade.

VII – Questionamentos sobre o Orçamento Participativo respondido baseado na Democracia da Informática.

VIII – Conclusão: Dedicamos a esse capítulo as principais conclusões sobre o tema apresentado.

IX - Referências Bibliográficas: Destacamos obras possíveis para consultas ou pesquisas referente ao assunto proposto.

X - Bibliografias : Destacamos as bibliografias analisadas para o desenvolvimento do tema pesquisado.

II - METODOLOGIA DE PESQUISA

O levantamento de Informações foi totalmente baseado em Sites de busca da Internet, e de informações contidas nesses links. Os Sites utilizados foram, principalmente:

www.yahoo.com.br, www.yahoo.com, www.cade.com.br,
www.radaruol.com.br

As palavras procuradas foram eleições, democracia, votação, popular, direta, virtual, internet e suas traduções em inglês (*democracy, election, people, direct*), além de outras baseadas nas próprias respostas que trouxeram documentos importantes, para selecionar mais ou reduzir as respostas.

Após a triagem inicial das páginas dos sites pertinentes ao trabalho, essas páginas foram gravadas localmente para, no futuro, criar um site relativo à essa Monografia. Foi gravado localmente por considerar possível ocorrer alguma mudança dos endereços de acesso às páginas originais utilizadas no trabalho.

O acesso à Internet foi realizado com linha discada normal, com um modem de 28.800bps de velocidade. As informações principais, cerca de 90% do trabalho de coleta, foram recolhidas em aproximadamente 18 horas de acesso, ao longo de 4 dias.

As pesquisas bibliográficas necessárias foram consultadas principalmente nos sites da USP (www.usp.br), acessando algumas bibliotecas virtuais relacionadas no site, e o catálogo das bibliotecas da FFLCH-FI (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Setor Filosofia) e IEB (Instituto de Estudos Brasileiros).

É importante frisar que não houve informação relevante encontrada sobre os assuntos necessários, que não foi encontrado de forma mais atualizada, com maior referência e rapidez, na Internet do que na biblioteca, além da necessidade clara de se locomover até o local. Acreditamos que isso se deve aos fatores:

- Velocidade de Evolução da Internet e da Informática;
- Quando o assunto é sobre Internet e Informática, é claro que a maior fonte de informação é a própria Internet;
- Não havendo vontade das mídias tradicionais – Rádio, TV, jornais e revistas – de tornar público soluções encontradas por partidos considerados de esquerda, seja por falta de público ou por outros motivos, e propagandas ou matérias pagas são caríssimas, além de sua baixa credibilidade, a Internet é um meio de acesso cada vez mais universal e extremamente barato.

- Os trabalhos que encontramos divulgados na Internet serem de ótima qualidade, com grande Amplitude e Abrangência, utilizando quase todos os livros e outras referências possíveis.

Quando a barreira da Língua Inglesa e os recursos tecnológicos de Informática não são limitantes, a Internet é hoje um ótimo recurso de pesquisa.

Apenas as referências citadas em vários trabalhos desenvolvidos por estudiosos do Orçamento Participativo foram confirmadas, e portanto, citadas nessa monografia.

As Constituições Brasileira e Norte Americana utilizadas foram encontradas com facilidade na Internet, nos sites dos respectivos governo, além de outros locais. Versões mais antigas das Constituições dos EUA (utilizadas também nessa monografia) foram encontradas somente em sites não governamentais.

III - CONCEITOS DA VOTAÇÃO NA INTERNET

A votação na Internet segue um caminho interessante nos EUA. Os sites [votation \(www.votation.com\)](http://www.votation.com) e [election \(www.election.com\)](http://www.election.com) fizeram uma das eleições prévias americanas, no Partido Democrata de Arizona (Arizona Democratic Party), em alguns distritos, e conseguiu chamar a atenção da sociedade e do governo, ao atingir um número de eleitores entre 622% a 1011% (de 6 vezes a 10 vezes) maior do que as prévias tradicionais, aonde os partidários teriam que se deslocar ao local centralizado de votação, sempre com dificuldades de acesso, locomoção e horários.¹

Outro exemplo interessante é o Site [vote.org \(www.vote.org\)](http://www.vote.org), também americano, que dá outra sugestão, ao lembrar da atual distribuição da Internet mundial, e dá possibilidade de usar também o simples telefone com atendimento personalizado hoje muito utilizado:

“O maior problema é o povo ver a votação da Internet como uma divisão digital da sociedade, onde os mais “bem conectados” ricos tem computadores ligados à Internet, e os pobres “privados da internet” não. Votação com Telefone facilmente resolve esse problema. ... Chamadas dos votantes devem ser grátis. Se você é votante e está viajando, mesmo sem acessar a Internet, você ainda pode telefonar, mesmo em velhos telefones de disco e pulso.”
([vote.org](http://www.vote.org), 2000, 10)

¹ Texto baseado no www.votation.com/us/pressroom/pr2000/0324.htm

Mas também lembra que os custos e rapidez são exemplares:

“Com a Internet e o voto telefônico, salvamos quase todo o dinheiro e tempo que envolve um processo eleitoral. Seria fácil manter eleições 4 vezes por ano (ou mais) com menor custo e inconvenientes que uma simples eleição convencional” (vote.org, 2000, 10)

Enquanto isso, no site BeAVOTER.org (www.beavoter.com) nós vemos como é hoje simples a documentação de como tornar-se votante nos EUA.

“Passo 1 – Selecionar o Estado aonde você mora;

Passo 2 – Preencher as informações solicitadas na próxima tela (em modo seguro);

Passo 3 – Rever suas informações quanto a erros e clicar no botão Confirme (*Submit*);

Passo 4 – Dentro de duas semanas, você receberá um formulário completo no seu Correio. Faça o obséquio de lê-lo totalmente, assiná-lo e remetê-lo dentro do envelope incluído. Ele já está endereçado ao escritório eleitoral de seu Estado.

Quando receber a nova confirmação do escritório eleitoral do seu Estado, você já é um votante.

(Ainda não disponível nos estados de New Hampshire, North Dakota e Wyoming)” (BeAVoter.com, 2000, 12)

Deste exemplo poderíamos retirar um outro método de votação, mesclando a rapidez da Internet com a ‘garantia’ do voto assinado pessoalmente além da chave digital. Uma parcela (por exemplo, 2%) de pessoas votantes receberia o

seu voto impresso pelo computador, com suas intenções ali descritas, com o texto:

Caso seu voto esteja correto, favor confirmá-lo retornando essa carta ao remetente, no formulário a seguir. Caso esteja errado, favor ligar para: 555-1244 e fale com nosso auditor responsável, ou entre na Internet e conte-nos o ocorrido, no site www.seusitedevotacao.com.br, para tomar-mos as atitudes cabíveis, e você poder votar novamente (com confirmação garantida enviada pelo correio).

No caso de uma eleição conter muitos casos desses (acima de uma certa porcentagem), a mesma seria repetida, ou todos os participantes receberiam seu voto impresso, para confirmação geral. Parece impossível ou caro, mas poderíamos permitir propagandas de patrocinadores no envio das mesmas, o que poderia tornar ao contribuinte e cofres públicos custo zero.

Um conceito interessantíssimo que deve ser lido é o do site Vote.org, setor DDI (*Direct Democracy Initiative*) (www.vote.org/ddi.htm) que cita:

“A DDI (Iniciativa de Democracia Direta) baseia-se nos procedimentos e organização administrativa de uma lei federal (EUA) que permite a qualquer cidadão fazer leis e legislar políticas em qualquer jurisdição governamental dos EUA. Esse ato é o uso fundamental de seu poder constituinte, muitas vezes referenciado como “Princípios Básicos” (*First Principles*). O uso dos Princípios Básicos – A habilidade, de acordo com James Madison, de permitir ao povo “Apenas fazer isso” (*Just do It*) – foi baseado nos nossos

dias coloniais. Pessoas experientes tinham o poder de criar, alterar e dissolver seus governos. O fundamento gerador dos Princípios Básicos ratificado na Constituição de 1787-89. Por qualquer razão, os construtores daquela Constituição omitiram procedimentos que iriam habilitar o povo continuar a exercer seus poderes legislativos dos Princípios Básicos. Sem procedimentos, o poder do povo auto governar-se coletivamente atrofia a ponto que o único procedimento possível a fazer é transferir seu poder político elegendo representantes, o que não é uma grande solução na política atual.” (Gravel, 2000 – 11)

Isso é de se colocar as barbas de molho! Em 1787 já consideravam direito intransferível do povo o legislar e administrar o governo! E continuam:

“Foi somente em 1898 que reformuladores populistas e progressistas foram capazes de fazer modestos procedimentos que permitiam aos cidadãos legislar diretamente a nível de estado. Também expandiram o poder de auto governo para 24 estados até aproximadamente 1925. Entretanto, desde então o poder legislativo dos cidadãos e as execuções destes poderes foram retirados e repetidamente diminuídos pelos nossos representantes eleitos e seus interesses” (Gravel, 2000 – 11)

Todo o avanço político e administrativo parece ter criada nos governantes, eleitos pelo povo, um sentimento de que o pobre povo não consegue fazer nada, e eles teriam que guiar o povo pela escuridão até a luz. Mas, ao

acreditar que quando somos chamados à responsabilidade, aprendemos e tornamo-nos aptos:

“Adicionalmente, a experiência humana nos ensina que você torna as pessoas maduras tornando-as responsáveis pelos seus atos. O mesmo vale para Nós, o Povo (*We, the People*). Então, ao invés de negar procedimentos coletivos de auto governo, Nós, o Povo, temos negada a oportunidade de amadurecermos politicamente ao tomar responsabilidade direta de nossa poder de governar.”

(Gravel, 2000 – 11)

Repetindo a crise que ouvi em todos os discursos de todos os países, eles continuam:

“Hoje, a crise de governabilidade está instaurada nas democracias representativas mundiais. Nos EUA, enaltecer o conjunto de procedimentos propostos na DDI deve remeter a crise. Enaltecendo a DDI, Nós, o Povo, criaremos uma “Legislatura do Povo” e tomar um passo significativo para nossa coletiva maturidade civil.”

(Gravel, 2000 – 11)

E após essa explicação, no site segue a alteração da lei necessária para permitir aos cidadãos americanos exercer o seu poder de auto governar, criar suas próprias leis, aprová-las, alterá-las e até julgá-las e aos infratores. E descreve os procedimentos legais básicos deste processo. Citarei apenas alguns exemplos, como seguem a Qualificação de Resolução de legislativo.

Petição de cidadão:

“Iniciativas que propõem leis, mudanças para leis, ou expressões de política pública serão qualificadas para eleição se uma petição é assinada, à mão ou eletronicamente, por vários eleitores registrados dentro da jurisdição pertinente igual a pelo menos dois por cento desses votantes na eleição presidencial que acontece imediatamente anterior à coleção da primeira assinatura em aprovando a iniciativa para eleição. Iniciativas que propõem mudanças a constituições ou escrituras serão qualificadas para eleição se uma petição é assinada por vários eleitores registrados dentro da jurisdição pertinente igual para pelo menos cinco por cento do número de votantes na eleição presidencial que acontece imediatamente anterior à coleção da primeira assinatura em aprovando a iniciativa para eleição.”

E a Qualificação de Resolução de legislativo. Opinião pública Apura votos.

“Iniciativas que propõem ou alteram constituições, garante e leis, ou expressões de política pública qualificarão para eleição se pelo menos cinqüenta por cento mais um dos que responderem uma opinião pública apuram votos expressando o desejo deles(as) que a iniciativa seja qualificada para eleição. Para qualificar por este método, iniciativas serão acompanhadas por um plano de apuração de votos que tem que obedecer exigências publicado pela Confiança Eleitoral. O plano de apuração de votos incluirá o Título e Resumo, e a organização que administrará a apuração de votos. O plano de apuração de votos está sujeito a revisão e aprovação pela Confiança Eleitoral.”

Os exemplos acima simplificam e demonstram a facilidade de se criar métodos e procedimentos, hoje, de se criar uma Democracia Direta, baseando-se nos conceitos Internet, Computadores, Telefonia Fixa e Celular, TV Interativa, e outras invenções a serem criadas, ou já criadas mas ainda pouco conhecidas.

Um teste interessante foi novamente documentado no site Vote.org (www.vote.org/televote.htm), que é o sistema Televote.

O que é Televote ?

“Um sistema Televote é um modo conveniente de informar cidadãos sobre problemas ou situações civis e rapidamente coletar opiniões e votações dos mesmos. É um meio de comunicação rápido e de baixo custo entre os órgãos governamentais e o povo.”

Exemplo de Tarefa/pesquisa: Que plano de transporte você considera melhor para sua cidade? Estude a planilha de fatos e a explanação do mesmo no jornal oficial da Cidade, na Internet, na TV, rádio ou nos papeis distribuídos nas escolas. Ao ter definido sua escolha, disque: 555- 1234 e vote:

Plano A – 187 (Escutará um resumo do plano A, até o fim ou até digitar ‘0’ do telefone seguido do seu número secreto, caso deseje realmente votar nesse plano. Se digitar 1 voltará ao Menu, podendo escolher outro plano. Se não quiser votar agora, é só desligar).

Plano B – 298 (Escutará um resumo do plano B, o resto é igual)

Plano C – 319 (Escutará um resumo do plano C, o resto é igual)

Nenhum dos Planos – 435 (Para solicitar a criação de outro)

Note que os números dos planos são totalmente diferentes para evitar erros por números parecidos ou teclados a mais. O ideal a esse método de votação é ser baseado em planos já conhecidos por outros meios de comunicação, e, juntamente com a Internet, ser utilizados para a votação rápida e eficiente de seus planos ou medidas.

Há no Site a base de custos com exemplos de instalação e manutenção do sistema de Televote. Há ainda o caso de sucesso exemplo, que é o Sistema de Televote da *San Jose Unified School District*.

Para garantir a Integridade da votação, pode-se auditar um pequeno percentual de votantes de uma região ou aleatoriamente por período e ou por meio de votação, e ou os que votaram no plano vencedor, e feito uma entrevista com os mesmos, via correio comum (automaticamente), ou pessoalmente, para confirmar se realmente votaram naquele plano.

A carta de confirmação de voto para auditoria teria como texto: Caso seu voto esteja correto, favor confirmá-lo retornando essa carta ao remetente, no formulário a seguir. Caso esteja errado, favor ligar para: 555- 1244 e fale com nosso auditor responsável, para tomar as atitudes cabíveis.

Outro link interessante é o sobre métodos de decisão de votos para eleições com múltiplos candidatos ou múltiplas tarefas.

Os dois métodos de decisão que consideramos ideais a serem utilizados na Democracia da Informática, serão explicados com exemplos.

“Um problema comum em uma regra de contagem de votos são muitos candidatos que dividem um grupo de eleitores. Se resolvermos que cada eleitor ordene os candidatos, simplesmente dizendo de quem ele mais gosta, o 2º melhor, o 3º melhor e assim por diante. Nas cédulas exemplo abaixo, o eleitor 1 gosta mais do candidato B.

7 cédulas. Isso implica que: quatro cédulas são uma maioria.

Preferencia	1	2	3	4	5	6	7
1º Votado	B	B	C	D	D	D	A
2º Votado	C	C	B	C	C	A	B
3º Votado	A	D	D	B	A	C	C
4º Votado	D	A	A	A	B	B	D

Dessa votação se extrai, baseado nas eleições simples:

- D é a 1ª opção de 3 votantes (não é maioria);
- A, B ou C tiveram menos votos de 1ª opção;
- Então D ganha por voto pluralista (eleição simples);
- Ninguém ganha a maioria; “

A regra de Condorcet classifica as opções (no texto chamado de candidatos), sendo que a opção vencedora ou mais votada será aquela que ‘ganha de todo rival em uma série de testes simples um contra outro’. Se a maioria dos eleitores prefere o candidato A ao invés do B, A ganha de B. Cada voto relativo de A sobre B é importante. O número de votos “vencedores” (a 1ª opção dos eleitores) não são importantes.

Eles explicam na continuação.

Cada número abaixo conta quantas cédulas a opção da coluna ganha da opção da linha.

“Teste Condorcet	A	B	C	D
A	-	4	5	5
B	3	-	4	3
C	2	3	-	3
D	2	4	4	-

Baseando-se no teste Condorcet, essa representação acima diz:

- Em 4 votos B ganha de A.
- 3 votantes preferem A sobre B.
- Portanto, B ganha no teste e A falha.
- Mas C ganha de Todos os Rivais, portanto C ganha!”

C seria a 1^a opção, B seria a 2^a opção (ganha de A e de D, só perdendo para C), D seria a 3^a opção (ganha de A) e A seria a 4^a e última do nosso exemplo (perde de todos).

Note que, embora o exemplo na página seja para candidatos, nós consideramos esse método como um dos métodos de classificação a serem utilizados no processo de seleção de tarefas ou prioridades, já que, com apenas uma votação simples, pode definir qual tarefa é ou não é prioritária para toda a população. Se essa votação tivesse 10 milhões de votantes e 100 atividades, e os participantes classificassem as atividades na ordem que considerassem principais, uma matriz de 10.000 itens seria gerado e comparado o voto um a um! Sem um sistema de informática, isso seria impossível. Mas com um sistema de votação baseado na informática, seria até possível tornar mais o método ainda mais complexo, extrair estatísticas, e até criar dados para auditoria.

Voto tipo Condorcet utilizando simplificação Matemática.

Há métodos mais simples de classificação de prioridades baseado em pesos por votos, como multiplica todos os votos “vencedores” (a 1ª opção dos eleitores) por n (número de opções), o voto secundário por n-1, o voto terciário por n-2 e assim por diante. Embora esse método dê a impressão que favorece o mais votado, mas seus resultados são muito similares ao Condorcet, e seu processo é extremamente mais simples de ser feito.

Considerando-se que:

“Preferencia	1	2	3	4	5	6	7
1º Votado	B	B	C	D	D	D	A
2º Votado	C	C	B	C	C	A	B
3º Votado	A	D	D	B	A	C	C
4º Votado	D	A	A	A	B	B	D”

Temos:

- $B = 4+4+3+2+1+1+3 = 18$
- $C = 3+3+4+3+3+2+2 = 20$
- $A = 2+1+1+1+2+3+4 = 14$
- $D = 1+2+2+4+4+4+1 = 18$

Assim, C seria a 1ª opção, B e D as 2ª e 3ª opções empatadas e A a última.

A outra vantagem desta implementação sobre o Condorcet é que quando algumas pessoas não classificarem a votação de todas as 100 opções do formulário, mas só as primeiras 10 tarefas que considerou principais, o método ainda funciona.

O outro método é o de Gasto Proporcional. Esse método é explicado totalmente abaixo na tradução do Inglês, e depois adaptado para, novamente, não votar em candidatos, mas em tarefas a serem efetuadas.

“E - Empower Todo o mundo

A maioria das democracias reconhece o direito do cidadão minoritário para votar e o direito do eleitor minoritário para representação. Mas até mesmo em democracias com PR, maiorias governantes permitiram só à eles o controle dos gastos de capitais. Para muitas pessoas, representação conduz nunca dar poder a todos. Nós ainda podemos evoluir de um direito limitado ao gasto proporcional de capitais de discriminado para vários representantes votados.

Regra de Distribuição Loring (LAR) usa a regra de Condorcet para fundar os vencedores centrais e um processo como STV para fundar os vencedores diversos: O peso de um representante é a parte dele no orçamento, uma conta pessoal que recompensa o uso eficiente. Ela taxa artigos e os dá \$votos, as quantias que ela sente que eles precisam. O \$voto dela dividido por uma cota de cédulas é a quantia que a cédula dela oferece a um artigo.

Se o \$voto dela para A é \$300 e a cota é 10 ofertas, a oferta dela é \$30. Se A adquire sua cota de 10 ofertas, seu total é o \$voto médio (igual a se os \$votos tinham sido somados e então divididos pela cota). As ofertas totais são o orçamento do artigo.

Ofertas combinam o orçamento do artigo e sua cota de partidários. Estes provam a intensidade e largura de apoio, pagar o artigo e qualificar isto como um bem público. A cota e o \$voto mínimo deve ser fixado nas leis.

A cédula dela oferece dinheiro a seus artigos topo-avaliados, tantos quanto a conta dela pode dispor. LAR suspende e transfere ofertas dos artigos mais fracos um por vez. Também transfere votos de excesso até todos os capitais vão para artigos com exatamente sua cota de votos.

Méritos de Gasto Proporcional

Gasto proporcional (PS) deixa grupos grandes utilizarem seus projetos dentro do orçamento da cidade, sem novos aumentos de taxas ou burocracia. Em um voto regional de cidade, cada bairro ou grupo de interesse tem dinheiro para executar algumas tarefas como melhorias na escola e melhorias de estrada, através de seus representantes. As taxas da Cidade são utilizadas tanto para os vencedores como para os grupos de bairro e seu projeto da escola ou da estrada. Todo grupo utiliza o seu poder; nenhum está excluído. Isto torna os impérios (escondidos) menos clientelismo.

Quando a maioria dirige todo o seu poder de voto \$ gastando mais do que o necessário, o excesso da votação deles/delas soma um pouco para a felicidade da minoria. Depois que eles gastaram \$900... nos projetos favoritos da maioria, os próximos \$100... de capitais são utilizados na próxima prioridade. Esses \$100... (mais o valor já votado diretamente) poderiam ser suficientes para permitir a execução de tarefas da minoria.

Em condições econômicas, distribuir uma quantia pequena de poder de gasto aumenta o valor da representatividade, distribuindo oportunidades e incentivos também. Politicamente, uma distribuição mais eqüitativa promove legitimidade, complacência, e cooperação. A organização serve e atrai mais pessoas.

Regras justas e eficientes podem aumentar o respeito de não aumentar a dívida pública. Isso pode re equilibrar nosso fluxo ao setor privado e diminuição do setor público.

Muitos representantes contribuíram com um projeto que venceu sem ter maioria.

Como Hoje, alguns representantes podem gastar capitais públicos em políticagens. Mas como o PR e PS, representantes podem desperdiçar a parte que só os partidários deles/delas receberam de \$voto dinheiro; um fato que pode desencorajar projetos poliqueiros.

Um projeto que viola políticas está sujeito a veto de maioria. Vetos acontecem idealmente antes do voto de consolidação de dívida pública. Mas o primeiro grupo para usar PS põe todas as propostas na cédula debates que só bloqueiam se um artigo controverso ganha. Isto evita muitos debates. Se os oponentes ganham, as cédulas são contadas novamente sem o artigo.

Gasto proporcional é improvável dar para minorias muito poder. Representantes que usam a maioria regem para ordenar leis e consolidação de dívida pública. Só uma parte pequena do orçamento é discriminado e assim disponível para gasto proporcional em projetos. Finalmente, a maioria dos capitais de PS será gastado pela maioria.

Limitado como é, o direito para gastar alguma renda é uma expansão principal no conceito de democracia, semelhante a expansions mais cedo no direito para votar e o direito para representação.”

No método acima, 3 candidatos a cargo executivo ganham e podem utilizar a ‘verba’ de \$ votos recebida na eleição. Os candidatos vencedores são chamados de representantes, e assim, podem fazer a vontade de seus eleitores, principalmente que eles, na época de eleição, avisam em que pretendem utilizar as verbas.

Mas eu utilizo uma variação deste método para votar em tarefas ou atividades, que já foram priorizadas pela população. Chamaremos essa variação de Voto \$Real.

Voto \$Real.

Cada votante terá uma verba de R\$ 100. O máximo que cada cidadão pode votar na sua tarefa prioritária é R\$ 30 (limite exemplo), na secundária é de R\$ 20, na terceira é R\$ 15 e qualquer outro valor para as outras prioridades, até atingir o seu gasto total de R\$ 100.

Após somados os valores de uma região/bairro, cidade, estado ou país, serão definidas as tarefas aprovadas por receberem o mínimo de seu valor de execução.

Detalhe: ao sobrar verba de um assunto, o excedente será alocado ao assunto de maior prioridade, baseado nos critérios de definição de prioridade anterior, que não atingiu a verba necessária. Note que um projeto considerado em 3º colocação na ordem de prioridade pode ter conseguido verba, enquanto o 1º colocado ainda não conseguiu (porque o 3º Projeto é mais barato).

IV – LEGISLAÇÃO ATUAL SOBRE VOTAÇÃO POPULAR

Na Constituição Brasileira de 1988 existem artigos sobre participação popular no processo decisório dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses artigos não fornecem ainda suporte político pronto e efetivo na formação de um governo com Administração Popular, apesar dos avanços contidos na mesma, como a exercer o poder político diretamente, como segue:

“TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Outro avanço importante é a definição de Iniciativa Popular:

“TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

...

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Acreditamos que essa abertura é a porta a ser utilizada para tornar o Orçamento Participativo muito mais funcional hoje, e na futura e abrangente Democracia da Informática.

Hoje, qualquer pessoa física ou entidade, pode, após colher 5% do eleitorado do município, cidade ou bairro, propor um projeto de lei à apreciação da Câmara Municipal, necessitando ainda de sua aprovação.

“TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO IV

Dos Municípios

...

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

...

(*) *Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31/03/92:*
"XIII – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;"
 (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Tanto em âmbito Nacional quanto Estadual já há essa possibilidade, como pode ser visto na outra parte extraída da Constituição:

“TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção III

Das Leis

Art. 61. **A iniciativa das leis complementares e ordinárias** cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República **e aos cidadãos**, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

...

§ 2º - **A iniciativa popular** pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de **projeto de lei** subscrito por, no mínimo, **um por cento do eleitorado nacional**, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

“TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO III

DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 4º - A lei disporá sobre a **iniciativa popular** no processo legislativo estadual.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Outro recurso não muito claro é quanto à saúde, que confirma a diretriz para a participação da comunidade nas ações e serviços públicos de saúde, em qualquer nível de esfera do governo:

“TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção II

DA SAÚDE

...

Art. 198. **As ações e serviços públicos de saúde** integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes **diretrizes**:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Texto semelhante é o das ações governamentais de assistência social:

“TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

...

Art. 204. As ações governamentais na área da **assistência social** serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

Uma Emenda Constitucional incluída na Constituição fornece um subsídio para auxiliar a população carente, também gerenciada com a participação popular:

“TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Artigo incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/00:

"Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a **participação de representantes da sociedade civil**, nos termos da lei.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por **entidades que contem com a participação da sociedade civil**.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

V – CONCEITOS DA VOTAÇÃO POPULAR

Nós analisamos alguns métodos de participação popular com algum tipo de votação e discussão pública, mas não encontramos nenhum tão abrangente e tão funcional como o Orçamento Participativo.

“O Orçamento Participativo (OP) não é apenas um exercício de divisão das receitas e das despesas municipais pela própria população. Por causa de sua amplitude — a metrópole conta com 1,3 milhões de habitantes, no coração de uma região metropolitana de 3,3 milhões — e pelo seu método, rigoroso e evolutivo, ele constitui uma experiência de democracia direta sem equivalente no mundo.” (Cassen – 1998 – 17)

Ele próprio parece ser a continuação de trabalhos promissores de participação popular, instaladas em âmbito municipal.

“Obviamente que as experiências mais revolucionárias e geradoras de uma nova cultura política ficaram limitadas, pela correlação de forças estabelecida, ao âmbito do poder local (Gondim, 1991) , como é o caso do "Fórum do Prezeis" (fórum criado na primeira gestão de Jarbas Vasconcelos em Recife - 86/88 - e que permitia a participação popular na gestão de projetos de urbanização em "zonas especiais de interesse social"), do "Funaps Comunitário" (fundo redefinido na gestão Luiza Erundina em São Paulo - 89/92 - e aberto para experiências autogestionárias de construção de moradia popular) e do OP (participação popular na definição de prioridades e critérios para o orçamento municipal nas cidades administradas por frentes populares em que o Partido dos Trabalhadores participa).” (Baierle, 1998, 18)

As grandes cidades que tiveram sucesso com o Orçamento Participativo são: Santo André, Belo Horizonte e em especial Porto Alegre. No caso de Santo André, embora eles foram também pioneiros (início em 1993), houve uma

interrupção de 4 anos. O caso de Belo Horizonte, também exemplar, começou em 1993.

Como qualquer novo movimento, ele é polêmico entre os acadêmicos, mas já o movimento de aceitação deste Orçamento Participativo e outros de tipo similar entre os analistas modernos.

"A despeito da matança acadêmica selada pelo *postmortem* de muitos analistas, os movimentos populares brasileiros estão vivos e constituem elemento importante na conformação de processos democráticos no Brasil. Os movimentos populares, especialmente quando se levam em conta as enormes restrições cognitivas, estão impulsionando o Brasil para um modelo político de democracia participativa" (Ottmann, 1995, p. 188).

Orçamento Participativo e suas características

1. Ingredientes ideais para a formação de um orçamento participativo

1.1. Vontade política do governo

Como a constituição Brasileira de 1988 ainda não fornece suporte político pronto e efetivo na formação de um governo com Administração Popular, apesar dos avanços contidos na mesma, é primordial essa vontade política, enquanto esse suporte político ainda não é realizado.

“Recentemente, outros autores mostraram que certo tipo de instituições de Estado, em geral criadas de cima para baixo, podem induzir o ativismo cívico em comunidades com pouca experiência prévia de cooperação. Em numero recente de *World Development*, Peter Evans (1996) reuniu uma série de estudos que relatam formas de "empowerment" induzido pelo Estado. Ostrom (1996) e Watson

(1995) descrevem a política de construção participativa de esgotos em Recife, onde a participação foi diretamente estimulada por atores estatais. Lam (1996) argumenta que o sucesso de uma política de irrigação descentralizada em Taiwan brotou das relações próximas e flexíveis entre atores estatais e agricultores envolvidos. Fox (1991,1996) mostra que mesmo em um contexto autoritário, setores reformistas da burocracia mexicana puderam promover políticas que fortaleceram e transferiram poder para organizações camponesas. Em livro recente, Tandler (1996) mostra como o governo do Ceará evoluiu de "mau para bom" com a implementação de políticas de assistência direta à organização da sociedade civil nos municípios. Em todos esses casos, tanto as relações próximas entre atores estatais e cidadãos, quanto o fato de que as políticas públicas explicitamente encorajaram a organização cívica, levaram não só ao fortalecimento de grupos cívicos mas também ao aumento de sua capacidade política de pressionar pela transparência no governo e por políticas públicas efetivas. Este círculo virtuoso de comunicação e confiança, a que Evans chama de "sinergia Estado-sociedade", sugere que a relação entre sociedade civil e instituições democráticas fortes está longe de ser um processo simples, unidirecional, de baixo para cima.

Para entender como atores estatais podem promover o associativismo, convém examinar a literatura sobre movimentos sociais, que desde há muito vem tentando explicar porque as pessoas se mobilizam. Diversos autores notaram que explicações econômicas não são satisfatórias: a propensão a se associar não está relacionada a certos níveis de miséria ou bem-estar. Fatores políticos parecem explicar melhor porque a organização cívica eclode em certos momentos e lugares e não em outros. Mudanças e descontinuidades no cenário político geram "janelas de oportunidade" das quais "ambientes propícios" podem emergir que convençam as pessoas de que a ação coletiva será frutífera (Tilly, 1978:98-142; Tarrow, 1994). "Os movimentos sociais se

constituem quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças nas oportunidades que reduzem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais e mostram onde as elites e as autoridades são vulneráveis" (Tarrow, 1994:18).” (Abers – 1998 – 16)

“A Vontade Política dos Governantes em Estabelecer um Novo Relacionamento com a Sociedade e a Construção Coletiva de Regras para o Funcionamento do Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo induziu mudanças na estrutura administrativa do Estado (Município) para possibilitar a participação da sociedade civil. Assim foram criados o Gabinete de Planejamento (GAPLAN), responsável pelo planejamento orçamentário e a Coordenação de Relação com a Comunidade (CRC), que estabelece a rede de contatos com as comunidades.

Os representantes do Orçamento participativo, no salão nobre da Prefeitura, passaram a ocupar um espaço que antes era fechado, discutindo e definindo a alocação dos recursos do Orçamento Municipal, considerado uma "caixa preta" porque sobre estes assuntos só opinavam e decidiam os técnicos e os governantes. Subverte-se assim a lógica anterior, que separa o Estado da sociedade civil, a partir de um processo de co-gestão da coisa pública.

O Orçamento Participativo exigiu que o aprendizado fosse mútuo, todos deveriam construir as regras que operam a hierarquização das demandas e da distribuição dos recursos orçamentários. Todos que participam do Orçamento Participativo atuam como sujeito na configuração do modelo de participação e de elaboração do Orçamento Municipal. No início, não havia uma metodologia pronta, mas uma imensa vontade de fazer. ” (Abers – 1998 – 16)

“Em primeiro lugar o da coexistência de dois poderes: de um lado a câmara de vereadores e, de outro, os fóruns de setores e o conselho do OP. Num país onde o salário mínimo mensal é de R\$ 130,00

(cerca de 700 francos), explica Pont, ‘os conselheiros do OP, voluntários, nos dizem seguidamente : somos nós quem trabalhamos. Então, para que servem os vereadores que recebem R\$ 4 500,00 por mês para não fazerem nada ?’

Como conciliar a democracia participativa com a democracia representativa, sobretudo se quisermos estendê-la de uma cidade a um Estado, ou até mesmo a todo um país?” (Cassen – 1998 – 17)

“Na década que antecedeu a administração petista, poucas regiões da cidade haviam desenvolvido movimentos de bairro organizados e participativos que contestassem as políticas estatais. Várias outras associações de bairro dispersas pela cidade eram na verdade geridas por cabos eleitorais de políticos clientelistas. Somente a abertura de canais participativos não foi o suficiente para mudar esse quadro. Apenas quando a política ganhou **credibilidade** é que a estrutura do associativismo começou a mudar, transformando velhas formas "contestatórias" de ativismo em ativismo positivo e propositivo (uma tarefa difícil por sí); tornando abertas e participativas as associações antes fechadas e clientelistas; trazendo um amplo espectro de novos ativistas e associações de bairro à cena.” (Abers – 1998 – 16)

1.2.Justiça tributária.

Os que mais ganham tem que pagar uma taxa de condomínio maior (Ver item 2.3. Problemas a serem resolvidos ou diminuídos – Problema P7);

1.3.Conflitos e discussões nas reuniões.

Esses conflitos produzem tanto retrocessos como avanços. O importante é que o OP construa uma arena para o seu processamento político.

“No Orçamento Participativo de Porto Alegre os conflitos não são evitados, mas transformados numa fonte permanente de

negociação, onde constantemente as regras que são públicas e transparentes, vão sendo reformuladas e aperfeiçoadas. “ (Pozzobon – 1998 – 15)

1.4.Mudança da gerência da prefeitura.

Esta passa a não tratar mais exclusivamente de executar obras e serviços que acha prioritárias, mas de junto com o povo, desenvolver a capacidade gerencial, ter um projeto político econômico alternativo aos “salve-se quem puder” dos defensores do mercado como solução para tudo.

1.5.Associações comunitárias

Centradas em regiões como, por exemplo, associações “amigos de bairro”. Essas associações tem sua expansão assim que começa a dar frutos a auto gerência. Quanto mais associações comunitárias existir numa região, mais rapidamente essa região é integrada nesse Orçamento Participativo.

“Sujeitos Organizados com Vontade Política de Construir o Orçamento Participativo.

O final dos anos 70, mas com maior força nos 80, foram caracterizados como um período de retorno ao associativismo, em especial dos Movimentos Populares Urbanos. Embora o centro das lutas no país, ainda fosse a derrubada do Regime Militar, vários movimentos surgiram e "passaram a desenvolver ações reivindicatórias e/ou contestatórias, tendo por eixo a posse da terra e o acesso aos serviços urbanos. Estas ações traduziam, principalmente, a afirmação de uma cultura de direitos" (Telles, 1984, apud Baierle,1998). Para Baierle "a mobilização destes setores que se organizaram primeiro a partir do que se considera

direito básico da cidadania, constituíram em elemento importante na conformação de processos democráticos no Brasil" (Baierle,1998).

Embora Porto Alegre apresentasse uma longa e sólida história de luta, "que vinha desde os anos 50 com a criação de Associações de Moradores, processo este que teve por base os governos trabalhistas, sobretudo na gestão de Leonel Brizola" (Baierle,1998), também aqui acontece a reativação da participação popular. ” (Abers – 1998 – 16)

1.6.Auxiliar a solidariedade

Auxiliar a construção de uma solidariedade negociada entre setores sociais diversos de forma a diminuir as desigualdades das demandas sociais necessárias para o desenvolvimento de uma população

“Em última instância, as decisões tomadas pelas assembléias sobre como distribuir os investimentos refletem tanto **as motivações egoístas** dos mais organizados **quanto a preocupação ética em assegurar que os mais pobres não sejam abandonados.**” (Abers – 1998 – 16)

1.7. Disseminação da Informação

Sem disseminar a Informação aos participantes e à população é impossível o desenvolvimento do Orçamento Participativo. Os integrantes necessitam de Informações atualizadas e idôneas sobre todos os assuntos relevantes às tarefas prioritárias e suas definições.

“Num contexto em que o setor governo praticamente detém a primazia das informações, pode até o conselheiro sentir

desconforto em votar determinada proposta, mas fica difícil recusar o voto se ele não tiver condições de construir uma argumentação consistente que respalde sua posição. Como os conselheiros só se encontram nos espaços dos próprio COP, havendo pouca articulação de bastidores (ao contrário das regiões), nem seminários, eventos de formação ou de debates paralelos, suas posições tendem a ser tanto mais fragilizadas quanto mais longe o tema em disputa estiver de suas plenárias regionais ou temáticas.” (Baierle, 1998, 18)

Na nossa Constituição de 1988 há um artigo que abrange e torna possível a solicitação de praticamente qualquer informação do Governo.

“TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

...

XXXIII - todos **têm direito a receber** dos órgãos públicos **informações** de seu interesse particular, ou **de interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

A abrangência de um orçamento participativo pode ir de apenas mais um conselho municipal até ser o **embrião de uma nova forma de democracia.**²

² Texto baseado no texto de Sérgio Baierle – cientista político e assessor técnico do cidade extraído da Internet: www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto3.htm

2. Resumo de como funciona em Porto Alegre

O funcionamento citado é especialmente o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Não há muitas diferenças entre esse e os outros em atividade, já que há uma interação entre eles, por todos eles serem executados pelo PT.

Esse funcionamento foi o escolhido por ser simples o suficiente (apesar dos termos utilizados) para um melhor entendimento de como funciona o OP.

2.1.Divisão Fóruns Regionais e Divisão Plenárias Temáticas

É importante frisar que houve uma definição conjunta entre técnicos da prefeitura (que antes dividiam a cidade em apenas 4 áreas) e a comunidade, para chegarem às atuais 16 regiões, hoje utilizadas.

“O primeiro desafio enfrentado foi a regionalização da cidade, o documento base que se dispunha naquele momento era o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, onde o Município era dividido em apenas quatro zonas, "em nada coincidente com o recorte desenvolvido pelos movimentos populares urbanos" (Baierle, 1998). Depois de vários encontros com lideranças comunitárias a cidade foi dividida em dezesseis regiões, vigentes até hoje. Ao longo do tempo estas regiões foram sofrendo divisões internas, denominadas microrregiões. “ (Pozzobon – 1998 – 15)

Como quase tudo no Orçamento Participativo essa divisão das regiões não é estático nem imune a mudanças necessárias. Portanto, houve algumas alterações por um ou outro motivo, nas 16 regiões originais.

“Em uma das regiões, esse problema resultou em intenso conflito. A parte oeste dessa região era caracterizada por bairros de classe-média bem providos de infra-estrutura básica e a parte leste por bairros pobres e favelas. Um grupo de moradores de classe-média começou a se mobilizar, preocupados não apenas em obter benefícios menos básicos (tais como parques e serviços culturais), mas também reagindo a sérios problemas de inundações que

afetavam aquela parte da cidade. No entanto, ao longo dos anos, as lideranças da parte leste sempre foram capazes de mobilizar a maior parte dos participantes. Argumentando que os bairros da parte oeste haviam sido historicamente beneficiados pelo investimento público, eles impediram que as demandas dos bairros de classe-média entrassem na lista de prioridades. Depois de tentar mediar o conflito por anos, o Conselho do Orçamento decidiu dividir a região em duas partes autônomas.” (Abers – 1998 – 16)

A divisão Fóruns Regionais é a divisão da cidade em 16 regiões ou setores pela sua coerência geográfica e social. Note que cada região é um agrupamento de 1 ou mais bairros. Os temas tratados nessa divisão são os problemas locais a cada setor.

A divisão Plenárias Temáticas é a divisão que engloba os 5 (cinco) tópicos principais de uma cidade: circulação e transportes; desenvolvimento econômico e tributação; organização da cidade e desenvolvimento urbano; saúde e assistência social; educação, cultura e lazer. Portanto:

“Existem então 21 espaços de discussão para as assembleias plenárias, abertas a todos os moradores de um setor determinado no primeiro caso, e ao conjunto dos moradores de Porto Alegre no segundo.” (Cassen – 1998 – 13)

O ciclo da organização é anual. (Ver Figura 9)

“Embora dinâmica e mutante, a estrutura do Orçamento Participativo tem um ciclo anual constituído por quatro movimentos básicos: duas rodadas de plenárias regionais e temáticas, promovidas pela Prefeitura, em conjunto com delegados e conselheiros; elaboração da peça orçamentária; e, votação na Câmara de Vereadores.” (Baierle, 1998, 18)

1ª Rodada

Entre março e abril, tradicionalmente, ocorre a primeira rodada do OP, onde são apresentados e debatidos o estado de desenvolvimento dos trabalhos do ano anterior:

“Na primeira rodada, ocorre a prestação de contas relativamente ao Plano de Investimentos do ano anterior (pendências de outros exercícios também são consideradas). É feito um balanço do que foi executado e do que não foi e são identificados os principais problemas no cumprimento do cronograma acordado. Esta avaliação é a culminância de todo um conjunto de discussões prévias nos fóruns de serviços, convocados pelos representantes regionais e temáticos e pelos cidadãos interessados, para o acompanhamento de uma dada obra ou serviço. Nestes fóruns, responsáveis no governo pelas ações em questão são obrigados a esclarecer e/ou rever a situação dos projetos específicos em execução naquela área.

Ainda nesta rodada, começam a ser escolhidos os delegados das regiões e temáticas, de acordo com o número de presentes, respeitados critérios de proporcionalidade rediscutidos a cada ano. Esta discussão permanente dos critérios tem por objetivo evitar, tanto quanto possível, a ocorrência de "inchaços", ou seja, que pessoas sejam trazidas para as reuniões simplesmente para votar com "fulano" e não para participar efetivamente do debates.” (Baierle, 1998, 18)

“Em março e abril, primeira rodada do OP, são apresentados e debatidos, na presença das autoridades municipais, o estado de desenvolvimento dos trabalhos decididos no ano precedente e o plano de investimentos do ano em curso, e eleitos os delegados do fórum — setorial ou temático — dos delegados. O mandato destes últimos, cujo número pode chegar a trinta é de um ano, renovável uma vez.” (Cassen – 1998 – 13)

“A cada ano, assembleias abertas em cada região dão a partida ao processo.” (Abers – 1998 – 16)

Essas assembleias iniciais são coordenadas pelos órgãos responsáveis (no caso de Porto Alegre são: Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e Gabinete de Planejamento (GAPLAN), além dos representantes

comunitários), o que torna o processo mais ágil e eficaz, já que muitas vezes os participantes não tem ainda uma visão geral do seu funcionamento.

“Estas assembléias são coordenadas pelos órgãos responsáveis pelo Orçamento Participativo na Administração Municipal, Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e Gabinete de Planejamento (GAPLAN) e pelos representantes comunitários, também contam sempre com a presença do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários dos órgãos Municipais. “ (Pozzobon – 1998 – 15)

Rodada Intermediária

Até o final de Maio ocorre a rodada intermediária, aonde a população decide entre as prioridades, hierarquias e gastos de suas tarefas definidas.

“...uma etapa intermediária, que se conclui em fins de maio, onde a população se reúne de forma autônoma para decidir as prioridades e hierarquizar suas demandas de obras e de serviços. ” (Cassen – 1998 – 13)

“Depois, ao longo do primeiro mês, em assembléias ‘intermediárias’ nos bairros e micro-regiões, os moradores definem as prioridades de investimento a nível de bairro. Os delegados ao Fórum Regional do Orçamento Participativo são eleitos tanto nas grandes assembléias regionais quanto nas assembléias intermediárias. ” (Abers – 1998 – 16)

“...Em função disto, também as plenárias intermediárias, entre a primeira e a segunda rodada, passaram a escolher delegados, induzindo a uma constância maior nos eventos do OP. É nestas plenárias intermediárias que a população organizada faz a identificação e definição de suas principais carências e escolhe as demandas e os temas a serem priorizados (Pavimentação, Saneamento Básico, Regularização Fundiária, Habitação, Educação, Saúde, Transporte Coletivo, Cultura etc.).” (Baierle, 1998, 18)

2ª Rodada

Em Junho ocorre a segunda rodada, onde são eleitos os dois conselheiros e dois suplentes para cada um dos 21 espaços de discussão, para o próximo ano, e definidos as receitas tributárias e despesas principais à formação orçamentária do município.

“Na segunda rodada, os participantes de cada plenária entregam suas prioridades orçamentárias para o ano seguinte ao governo e escolhem os seus conselheiros para o COP” (Baierle, 1998, 18)

“A segunda rodada de 1998 começou dia 1º de junho para terminar dia 14 de julho. Em cada assembléia temática e de setor foram eleitos dois conselheiros e dois suplentes para o conselho do OP da cidade, e entregues ao Prefeito os documentos saídos das reuniões da etapa intermediária.” (Cassen – 1998 – 13)

“Após as assembléias intermediárias, estes delegados se reúnem, por vezes ao longo de vários dias, para negociar e compatibilizar as prioridades definidas nos bairros em uma longa lista de prioridades ordenada por setores a nível de região. Realiza-se então uma segunda assembléia regional, na qual o Fórum Regional apresenta a lista de prioridades à Prefeitura. Na mesma ocasião, são eleitos dois conselheiros e dois suplentes para representar os interesses da região no Conselho do Orçamento Participativo.” (Abers – 1998 – 16)

Formação das instâncias de decisão.

Em setembro normalmente ocorre a formação do Fórum de Delegados Regionais e Temáticos (chamado também de FROP – Fórum Regional do OP) e do Conselho do Orçamento Participativo (COP).

“Após esta definição, são formados os FROPs (Fóruns Regionais e Temáticos de Delegados do Orçamento Participativo) e o novo COP.” (Baierle, 1998, 18)

“Então, é o momento da formatação, pelo Gabinete de Planejamento da Prefeitura (Gaplan), das demandas votadas nas 21 assembléias, enquanto o conselho do OP se instala e acompanha as

sessões de formação sobre as finanças municipais. O conselho se pronuncia sobre um primeiro projeto orçamentário que se transforma, em setembro, em proposta orçamentária elaborada pelo Gaplan. Dia 30 de setembro esta proposta é enviada pelo Prefeito à Câmara de Vereadores, única obrigação legal a ser respeitada pelo orçamento. ” (Cassen – 1998 – 13)

Mas, os delegados e participantes não limitam a participação apenas com seu voto. Eles continuam monitorando o processo e auxiliando seus conselheiros a tomar decisões sobre as muitas questões do orçamento.

“Os Fóruns Regionais e Plenárias Temáticas continuam funcionando o ano inteiro para monitorar o processo e tomar decisões rápidas sobre questões práticas de implementação do orçamento. ” (Abers – 1998 – 16)

Os delegados nas regiões e temáticas, por sua vez, cobram responsabilidade dos seus conselheiros, disseminam as discussões sobre os investimentos em curso nas suas áreas de atuação e têm inclusive o poder de eventualmente destituir do cargo o conselheiro de sua plenária que não esteja respeitando as decisões do FROP.” (Baierle, 1998, 18)

O COP começa a decidir a distribuição do orçamento entre as 16 regiões e 5 grupos temáticos, baseados nos critérios de pesos e de categorias definidos também pelos participantes, em conjunto com a administração pública, para evitar distúrbios de proporcionalidade.

“Os conselheiros assim eleitos têm o papel de propor, fiscalizar e decidir sobre todos os assuntos relacionados com o orçamento municipal, desde as discussões sobre receita e despesa, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (anual), até a execução do orçamento. O COP é coordenado por uma Comissão Paritária, composta dos 2 representantes do governo no Conselho e de 2 representantes dos conselheiros populares ,eleitos entre os seus pares. Além desta Comissão, existe também a Comissão Tripartite, com 6 membros (2 do governo, 2 do COP e 2 do funcionalismo),

que delibera sobre as contratações de pessoal da Prefeitura. No COP, os conselheiros não podem ser reeleitos por mais de 2 anos consecutivos. As suas funções não são remuneradas.” (Baierle, 1998, 18)

“A principal tarefa do Conselho do Orçamento Participativo, que tem mandato de um ano, é decidir sobre a distribuição do orçamento de investimento de cada órgão executor da Prefeitura entre as 16 regiões e 5 grupos temáticos. As discussões mais intensas giram em torno de como distribuir os recursos de investimentos entre as regiões. Em cada região, critérios complexos atribuem pesos a cada categoria de investimento. As negociações com os órgãos executores envolvem principalmente a definição de tais critérios e a decisão sobre que tipo de investimentos serão aceitos como "tecnicamente" viáveis. Mas do Conselho se espera que tome decisões sobre questões mais amplas, tais como: exame dos orçamentos de pessoal e de custeio, aprovação da distribuição geral de recursos entre órgãos da Prefeitura, e a discussão de projetos maiores, de longo prazo, como despoluição, projetos estratégicos de infra-estrutura e planos de desenvolvimento econômico.” (Abers – 1998 – 16)

A montagem final da Peça Orçamentária é também complexa. Ela acaba por envolver praticamente todos os fóruns do OP, principalmente o COP, além do corpo técnico público.

“A terceira etapa do ciclo, então, consiste na montagem da Peça Orçamentária. Nesta fase, são envolvidas todas as secretarias e órgãos de governo, que passam por um conjunto de reuniões com o COP, discutindo e informando suas políticas setoriais, as obras e serviços propostos, dimensionando seus custos e sua viabilidade técnica e jurídica. Estes debates repercutem também nos FROPs, que passam a poder redesenhar de forma mais concreta suas demandas prioritárias. A partir destes retornos, o governo, através do GAPLAN, compõe uma proposta detalhada contemplando toda a sua previsão de gastos para o exercício seguinte e a submete ao

COP para apreciação, antes de dar-lhe formatação final. Embora não se tenha memória de decisões do COP desrespeitadas pelo governo, o prefeito, conforme o regimento interno elaborado pelo próprio COP, tem poder de veto final. O veto do prefeito fica complicado na medida em que ele vai depender do respaldo do COP para ver a proposta orçamentária aprovada posteriormente na Câmara de Vereadores.” (Baierle, 1998, 18)

O apoio político e a pressão popular são importantíssimos, hoje, devido a necessidade legal da Câmara de Vereadores aprovar o projeto do criterioso orçamento aprovado pela população. Ai vem uma das maiores dificuldades externas ao processo, mas que, devido a pressão popular e apoio político do prefeito e sua base de vereadores nos casos do Orçamento Participativos até então criados, não apresentaram maiores problemas! (Veja item 2.3. Problemas a serem resolvidos ou diminuídos – Problema P4)

2.2 Coordenadores: Delegados e Conselheiros

Sua atuação requer diálogo constante com aqueles que os elegeram e capacidade de informar, responder e acima de tudo, respeitar as decisões soberanas da maioria.

Os delegados e conselheiros tem uma função educativa, por que o interesse coletivo, o bem comum, nunca uma coisa pronta e acabada, é algo em permanente construção. Eles são os agentes dessa nova forma de votação.

Aos conselheiros do OP compete, principalmente:

- Appreciar, emitir opinião, posicionar-se a favor ou contra e alterar no todo ou em parte a proposta de plano Plurianual, a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual;
- Avaliar e divulgar a situação das demandas do plano de investimentos;
- Appreciar, emitir opinião e alterar no todo ou em parte políticas tributárias e de arrecadação do poder público municipal;
- Appreciar, emitir opinião e alterar no todo ou em parte sobre o conjunto de obras e atividades constantes do planejamento do governo de orçamento anual apresentado pelo Executivo em conformidade com o processo de discussão do OP;
- Acompanhar a execução orçamentária anual de e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimentos;
- Appreciar, emitir opinião e posicionar-se a favor ou contra e alterar no todo ou em parte a aplicação de recursos extras orçamentários;
- Opinar e decidir, em comum acordo com o executivo a metodologia de discussão e definição da peça orçamentária e do plano de investimento;
- Analisar e referendar a prestação de contas do governo;
- Informar nos fóruns regionais e temáticos do processo de discussão em realização no COP e colher sugestões e/ou deliberações por escrito;
- Realizar, pelo menos uma reunião mensal com delegados e Movimento Popular Organizado.

Aos delegados do OP compete, principalmente:

- Participar das reuniões mensais com idealizadas pelos conselheiros nas regiões e temáticas;
- A apoiar os conselheiros da informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no COP - Conselho do Orçamento Participativo;
- Acompanhar o plano de investimentos desde sua elaboração até a conclusão das obras;
- Compor as comissões temáticas com o objetivo de debater e construir diretrizes políticas. Compor também comissões de acompanhamento e fiscalização de obras;
- Deliberar em conjunto com conselheiros, sobre qualquer impasse ou dúvida que eventualmente surjam no processo de elaboração do orçamento;
- Propor e discutir os critérios para seleção de demandas das micro regiões e regiões da cidade e temáticas;
- Discutir sobre o plurianual, a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Deliberar em conjunto com os conselheiros, alterações no regimento interno do COP e modificações no processo do orçamento participativo.³

2.3. Problemas a serem resolvidos ou diminuídos

Alguns problemas foram citados pela Rebecca Abers em seus trabalhos, além de outros estudiosos. Aqui vai uma coletânea e resumo destes problemas.

Forma utilizadas as siglas P para Problema e S para Solução deste problema, como no exemplo:

- P1 Significa Problema 1 e S1 significa que a solução para esse problema chama-se Solução 1.
- S11 Significa uma vantagem (Solução 11), enquanto P11 significa o outro lado, um problema ou desvantagem (Problema 11).

Ou seja: o S11 (Solução 11) tem o problema 11.

Problemas:

- P1 - Setores mais mobilizados tem demandas maiores e mais atendidas - S1

“A cooperação entre governos e associações civís levanta algumas questões, especialmente no que toca ao "empowerment" dos mais pobres. Aqueles que não tem acesso à associações, ou que não foram capazes de forma-las, são frequentemente os que vivem em pobreza extrema, nas regiões mais carentes de serviços básicos. Assim, políticas governamentais que favoreçam as associações civís irão provavelmente aprofundar a exclusão daqueles que sempre foram os mais excluídos. E isso contradiz o objetivo principal do processo de "empowerment" que, se visa dar poder às associações existentes, procura também ajudar os grupos menos organizados a construí-las.” (Abers – 1998 – 16)

S1 - Solução 1

³ Texto baseado no texto publicado no jornal "de olho no orçamento" nº 6 abril de 1998

“Em cada região, critérios complexos atribuem pesos a cada categoria de investimento. As negociações com os órgãos executores envolvem principalmente a definição de tais critérios e a decisão sobre que tipo de investimentos serão aceitos como "tecnicamente" viáveis.

...

A despeito desse aparente desprezo pelos que não fazem o "trabalho" da participação, a maioria dos participantes que entrevistei reconheciam que frequentemente os bairros com menor níveis de participação eram de fato os mais carentes de investimento público. E expressavam a preocupação em inclui-los. Muitas vezes, representantes de certos bairros começavam a cooperar com representantes de outros bairros por razões estratégicas de longo prazo. Surpreendentemente, era quando um bairro com forte poder de mobilização tentava egoisticamente dominar a definição de prioridades que esse potencial de cooperação parecia mais forte. Os representantes dos outros bairros, quase sempre esgrimindo argumentos morais contra o egoísmo do bairro com aspirações de hegemonia, começavam então a trabalhar juntos. Em geral, no entanto, nenhum bairro isolado era capaz de mobilizar participantes ao ponto de dominar as eleições. A despeito de sua força, bairros poderosos ainda precisavam de formar alianças. Como me disse uma participante de um bairro altamente organizado:

" Nós somos solidários, mas não é a solidariedade de freiras. Fazemos concessões porque sabemos que o egoísmo pode voltar-se contra nós algum dia. Pode ser que eu não precise de você agora mas no futuro posso querer ter alguns aliados"

...

Intervenção Governamental e Promoção de Justiça Distributiva

Uma terceira possibilidade de contrabalançar o problema da desigualdade é usar a intervenção estatal para, aproveitando o potencial de solidariedade e cooperação mencionado acima, pressionar os participantes a incorporarem questões de justiça distributiva em suas decisões de forma mais sistemática.

...

Ao longo de vários anos, a Prefeitura desenvolveu um sistema em que três ou quatro critérios compõem um índice que define a porcentagem da verba de cada órgão a ser alocada para cada região. Todo ano, o Conselho determina os critérios, considera como mensura-los, atribui um peso relativo a cada um, e monitora os cálculos da Prefeitura. Por exemplo, os critérios usados para obras de pavimentação em 1985 foram: 1) A carência da região por esse tipo de obra, 2) O grau de prioridade dado a esse tipo de obra pela região, 3) O número de moradores habitando as áreas de carência máxima na região, 4) A população total da região. A distribuição da verba de pavimentação se faz de acordo com uma tabela, na qual cada região recebe uma nota para cada critério, que então é multiplicada pelo peso atribuído àquele critério. Os resultados de todas as regiões são então somados e o total de pontos de cada região calculado como porcentagem da soma. Cada região recebe o correspondente à sua porcentagem em recursos alocados para o investimento em pavimentação naquele ano.

O resultado é um sistema de distribuição de recursos entre regiões que não reflete, de forma alguma, diferenças no grau de mobilização. No entanto, o sistema de distribuição não é puramente "técnico". (Abers – 1998 – 16)

“Conclusões: Política Local e Ação Coletiva

Em 1989, quando se iniciou o Orçamento Participativo, a capacidade de mobilização dos bairros era muito desigual em Porto Alegre. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, os bairros e regiões mais organizados não vieram a dominar o processo orçamentário. Ao contrário, certas características da política de

orçamento e a forma com que esta foi implementada levaram à mobilização de bairros pobres, onde até então os moradores tinham pouca ou nenhuma experiência de ação coletiva. Embora tenha aqui privilegiado o caso do Extremo Sul, o que ali ocorreu não foi, de forma alguma, atípico. Em outras regiões onde as organizações de bairro eram também fracas antes da chegada do PT ao poder, a política de orçamento também criou um ambiente propício ao aumento da força e representatividade das associações e à consolidação de alianças regionais. Naquelas regiões em que o nível de organização cívica era elevado antes mesmo do Orçamento Participativo, também importantes mudanças ocorreram, com novos bairros ganhando força e a antiga liderança perdendo influência. Essas mudanças não ocorreram sem luta. No Extremo Sul e em outras regiões, se passaram quatro ou cinco anos até que grupos cívicos fortes emergiram e se consolidaram. Mas cerca de sete anos depois que o PT assumiu a Prefeitura, organização civil não era mais uma primazia de poucas regiões "historicamente combativas": um grande número de novas associações, regionais e de bairros havia surgido. Estas novas associações mobilizavam moradores, se reuniam regularmente com a Prefeitura na discussão de políticas do governo, trabalhavam juntos para articular demandas e se engajavam em discussões amplas e sofisticadas sobre como melhorar suas comunidades.

Dados do Orçamento Participativo confirmam essa visão. Em primeiro lugar, o comparecimento às plenárias aumentou dramaticamente ao longo dos anos, desde que a política foi implementada. Em 1989, 60% dos participantes do Orçamento viviam nas seis regiões da cidade que tinham algum passado de mobilização e engajamento político e apenas 40% viviam nas dez regiões mais desmobilizadas. Em 1995, o quadro havia se revertido: 62% dos participantes moravam nas regiões antes tidas como de fraca mobilização.

Além disso, um survey dos participantes em associações de bairro, realizado em 1995, revelou que o associativismo cresceu como resultado da política de orçamento. 76% dos entrevistados eram membros de algum tipo de associação civil.. Destes, 83% participavam de alguma associação em seus bairros, o que incluía não apenas associações de bairro como também centros comunitários, clubes de mães e comissões de rua informais. Quando perguntados sobre se e como sua participação em grupos cívicos mudou desde que a política de orçamento começou, 33% dos membros responderam que antes do orçamento não participavam de grupo cívico algum. Outros 25% disseram que já participavam de grupos cívicos antes do Orçamento, mas que desde o início da política, sua participação havia aumentado. Em outras palavras, cerca de 60% daqueles que eram ativos em associações se tornaram mais ativos desde o Orçamento Participativo.” (Abers – 1998 – 16)

- P2 - Os de pobreza absoluta (classe E) não tem muita ou nenhuma representação - S2

“O fato de que políticas de participação não necessariamente garantem decisões que beneficiem os mais desfavorecidos é reconhecido por vários autores simpáticos à idéia de democracia participativa. Em seu trabalho seminal sobre democracia direta, Jane Mansbridge (1980) nota que para aqueles com mais recursos e mais tempo disponível, para os politicamente organizados, para os mais desinibidos e mais seguros em público, os "**custos de participação**" são mais baixos. É mais do que a mera questão sobre quem tem melhores condições de participar inicialmente. Ao longo do tempo, como os que participam ganham conhecimento técnico e político, seus "custos de participação" caem ainda mais. Phillips (1991:134) nota que mesmo que os cidadãos pudessem, de alguma forma, partir das mesmas condições iniciais, novos grupos

poderiam facilmente vir a dominar assembleias participativas, já que as pessoas adquirem experiência organizativa e formam facções. Estes e outros autores sugerem, enfim, que sistemas de participação fracamente estruturados podem na verdade **exacerbar** as desigualdades existentes (Ver Gutmann, 1980; Sartori, 1987; e Young, 1990).

...

As ressalvas expressas por cientistas políticos e ativistas são sérias. Uma vez que os **custos** de organização são muito maiores para os mais pobres -- que têm menos tempo disponível, menos educação e menos autoconfiança -- fóruns participativos tendem a sub-representar justamente aqueles que mais precisam de recursos públicos.

...

Embora o processo seja favorável aos pobres, os mais pobres estão ainda sub-representados no processo orçamentário. A maioria dos que participam recebe, é verdade, baixos salários, mas seu fluxo de renda é mais regular e sua residência mais estável. Os mais pobres habitantes de Porto Alegre, que em geral vivem nas regiões mais instáveis e perigosas - tais como as beiradas de morro e áreas alagáveis - raramente participam. É esse o grupo que tem provavelmente menos tempo disponível para participar pois seus membros estão lutando duramente pela mera sobrevivência. ...

Mesmo quando menos carentes de obras de infraestrutura, os bairros mais mobilizados acabavam tendo suas demandas definidas como prioritárias, não só devido ao peso de seus votos como devido à influência que exerciam sobre a definição de critérios usados pela assembleia para conduzir a distribuição de prioridades. Estes problemas sugerem que, de fato, os mais organizados recebem uma fatia desproporcionalmente grande de recursos e que isso, as vezes, ocorre em detrimento dos bairros mais pobres e menos organizados. Muitos dos estudiosos da participação popular temem que tais distorções se agravem ao longo do tempo, uma vez

que os vitoriosos nas primeiras etapas tendem a aprender a dominar o processo decisório. Minha pesquisa mostra que embora a desigualdade seja um sério problema na tomada de decisões com participação direta, as desigualdades não necessariamente se agravam ao longo do tempo. “(Abers – 1998 – 16)

S2 – Solução 2

"Solidariedade Negociada

Uma segunda qualificação ao argumento de que a participação pode contribuir para a reprodução de desigualdades se refere à idéia de solidariedade. A discussão sobre se os indivíduos agem ou não motivados por interesses egoístas é antiga nas ciências sociais e políticas. Os adeptos da escolha racional e da ação intencional construíram um complexo edifício teórico baseado na suposição de que os indivíduos agem motivados pelo desejo de maximizar seus níveis de utilidade. Eu mesma tenho sugerido até agora que a principal razão para a mobilização e engajamento de tantas pessoas no Orçamento Participativo é a expectativa de obtenção de benefícios materiais. Mas nessa seção eu argumento que os participantes não são inteiramente desprovidos de espírito cooperativo e de sentimentos de solidariedade. Em última instância, as decisões tomadas pelas assembleias sobre como distribuir os investimentos refletem tanto **as motivações egoístas** dos mais organizados **quanto a preocupação ética em assegurar que os mais pobres não sejam abandonados.**

...

Perguntei a meus informantes porquê, na opinião deles, alguns dos bairros mais pobres absolutamente não participavam. Muitos responderam que os que não participavam não estavam realmente decididos a mudar a sua própria situação (de pobreza), ou que eles esperavam que o governo fizesse tudo por eles. Poucos ofereceram explicações similares às aventadas por cientistas sociais, de que os custos da participação são bem mais elevados para os mais pobres.

...

Mas a ação cooperativa não acontece apenas por razões estratégicas. Os líderes de bairros bem organizados também demonstravam uma preocupação ética em relação aos mais pobres. Uma expressão dessa preocupação era a insistência em tentar convencer os bairros pobres, desmobilizados, a enviarem "ao menos um representante" às reuniões do Orçamento. Em muitos casos, os Foruns Regionais e organizações populares dele participantes enviavam "expedições" a bairros e favelas que não participavam. E nas reuniões de que participei, muitas vezes notei que uma única pessoa vinda de um bairro reconhecidamente carente e desorganizado, tinha o dom de convencer aos outros da necessidade de se investir ali. Um dos Foruns que acompanhei foi capaz de, por três anos consecutivos, estabelecer um quase-consenso sobre os principais projetos que afetavam os bairros mais pobres da região. Em cada um destes casos, apenas uma pessoa dos bairros beneficiados participava regularmente. Estes "representantes solitários" eram capazes de mobilizar apoio para suas causas entre os outros delegados, principalmente pela descrição vívida das terríveis condições prevalentes em seu bairro.

...

Meus estudos confirmam um largo espectro de pesquisas que afirmam que os indivíduos não podem ser puramente definidos pelo interesse próprio e que contacto e discussão com outros pode amplificar sentimentos de solidariedade fortemente. Ou seja, quanto mais os grupos participam juntos, com mais frequência atitudes cooperativas irão guiar suas decisões. Em uma região que estudei esse processo era bem claro: os primeiros anos da política de Orçamento Participativo foram marcados por esforços de cada bairro em conseguir o atendimento de suas demandas particulares. Com o tempo, emergiu um grupo de lideranças expressando preocupações mais gerais sobre as carências da região como um

todo: eles evoluíram de representantes de bairro a ativistas regionais.

Embora muitos possam dizer que a participação só funciona num contexto de forte solidariedade comunitária, eu contra-argumento que a solidariedade pode também resultar do ato da participação.

...

Mesmo assim, após algum tempo de interação com cidadãos de toda a região, eles frequentemente demonstravam preocupação com o bem-estar dos moradores de outros bairros. Esta solidariedade prática--que não requer a eliminação do interesse egoísta--cresceu da experiência de se trabalhar juntos, sugerindo que o teórico da democracia Benjamim Barber estava correto ao afirmar que a participação: "...impõe um confronto permanente entre o **eu** como cidadão e o 'Outro' como cidadão, forçando **nós** a pensarmos em comum e agirmos em comum." (Barber, 1984:153, minha tradução)" (Abers – 1998 – 16)

- P3 – Só abrange o poder executivo

- S3

“O governo municipal acredita que o investimento público nestas áreas estimula a proliferação de loteamentos clandestinos e a Prefeitura, portanto, não os realiza. Os residentes de loteamentos clandestinos são estimulados pela Prefeitura a buscarem, via Orçamento Participativo, recursos para regularização fundiária. Mas estes projetos tem tido implementação extremamente lenta, já que a maior parte das questões envolvem decisões do Judiciário, portanto, fora da alçada do Executivo Municipal. “(Abers – 1998 – 16)

- P4 - não é poder, no Brasil. É concessão de poder pelo poder executivo (prefeito)

- S4

“Após a aprovação do COP, a Peça Orçamentária é enviada à Câmara de Vereadores para votação. Embora este sempre seja um momento de tensão, pois muitos vereadores têm projetos

próprios que querem ver contemplados, a pressão dos delegados e conselheiros do OP é muito forte sobre a Câmara, o que geralmente acaba fazendo com que a quase totalidade da proposta seja aprovada. Os conselheiros chegam a utilizar filmadoras e gravadores para registrar as opiniões dos vereadores, ameaçando reproduzir o conteúdo nas vilas populares. Embora este tensionamento possa ter diferentes leituras, não se trata exatamente de um jogo de soma zero, mas de uma disputa entre blocos de forças que se articulam por dentro e por fora do Legislativo.

Não podendo mais funcionar como despachantes privilegiados, muitos vereadores sentem-se perplexos diante do OP. Neste ano de 1996, por exemplo, alguns deles tentaram provocar uma discussão para a regulamentação em lei do COP. Embora a participação popular na elaboração do orçamento municipal esteja contemplada como princípio na Lei Orgânica Municipal, aprovada em 1990, existe uma polêmica em torno das vantagens e desvantagens de regulamentar em lei o processo de funcionamento do COP. Para alguns vereadores, deveria ser deixado um percentual dos recursos (50%) para ser decidido por eles apenas. Para outros, deveria ser deixado para o COP tão somente a decisão sobre investimentos nas vilas da periferia, reservando-lhes a decisão sobre questões mais globais de interesse da cidade como um todo. O fato concreto é que ninguém retirou a prerrogativa dos vereadores de votarem o orçamento, parte deles (o bloco oposicionista) é que se sente constrangida pela população organizada. Em recente debate ocorrido entre vereadores e conselheiros do COP, estes últimos colocaram a abertura do orçamento da própria Câmara como uma condição preliminar para a discussão sobre a regulamentação do COP em lei.” (Baierle, 1998, 18)

- P5 - inveja, dificuldades externas de concorrentes políticos - S5

“O PT "tomou" a prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 1988 com Olívio Dutra, hoje candidato ao posto de governador do Estado, e conservou — aumentando em cada escrutínio o escore do prefeito e o número de seus vereadores — em 1992 com Tarso Genro e em 1996 com Raul Pont. O "poder popular" adquiriu seus títulos de nobreza eleitoral; os cartazes e os múltiplos documentos publicados pela prefeitura saúdam este ano seu décimo aniversário com este slogan: "10 anos de OP nota 10". No entanto, não há nenhum triunfalismo na prática cotidiana do Prefeito, de seu círculo e dos responsáveis administrativos. A confiança que a população progressivamente lhes outorgou não sobreviveria a um comportamento condescendente ou ainda distante: eles estão sistematicamente na linha de frente com 21 noites de reuniões somente para a primeira e segunda rodadas do OP entre março e julho, sem contar outras numerosas reuniões. Em primeira linha, não à frente de seus eleitores, mas ao lado deles.

Então, contra quem? Contra ninguém, com exceção de algumas crises pontuais. Seria fácil — e nem sempre justificável — designar bodes expiatórios. Por exemplo, o governador do Estado, Antonio Britto, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ou o governo federal. Uns e outros, com efeito, tendo tudo o que temer de um sucesso que recai sobre o PT, não fazem nada para facilitar a tarefa da prefeitura.” (Cassen – 1998 – 17)

- P6 - inveja, dificuldades externas de veículos na mídia - S6

Da mesma forma, as mídias poderiam facilmente ser transformadas em demônios. Os três jornais de Porto Alegre e as cadeias locais de rádio e televisão fazem um silêncio completo, salvo em editoriais hostis, sobre a realidade de uma experiência que lhes forneceria, entretanto, material para pesquisas ou reportagens substanciais. Eles não se dão sequer ao trabalho de anunciar as datas e os locais de reuniões que ocorrem em diversos setores da cidade. Não é certamente graças a elas que, segundo uma recente pesquisa, 85% dos habitantes da metrópole gaúcha conhece a existência do Orçamento Participativo e que 80% declaram que ele é "uma coisa boa". (Cassen – 1998 – 17)

- P7 - recursos extras - S7

“A Reforma Tributária - Sem a qual não seria possível fazer o Orçamento Participativo.

Ela permitiu recuperar a capacidade financeira da Prefeitura, viabilizando novos investimentos e o atendimento das reivindicações da população. Passo importante para a concretização do Orçamento Participativo, esta reforma mexeu principalmente em dois impostos: no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e no Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), mudando alíquotas e trabalhando com o princípio da justiça tributária: "quem tem mais paga mais". As mudanças resultaram na recuperação das Receitas Próprias do Município que passaram a somar mais de 50% da Receita Total, sendo que os percentuais para investimentos tem girado em torno de 10 a 20% da Despesa Total.” (Abers – 1998 – 16)

- P8 - falta de sistemas informatizados / burocracia - S8

S8 – Solução 8

“Respondendo à necessidade de prover os participantes com mais e melhores informações, a Prefeitura criou um sistema informatizado que controla os gastos de cada órgão executor, projeto por projeto. Esse controle restringiu bastante a possibilidade de que recursos possam ser desviados através de rubricas contábeis vagas e enganosas, muito comuns na administração pública brasileira.” (Abers – 1998 – 16)

- P9 – falta de conhecimento ou preparo dos participantes - S9

“Mas do Conselho se espera que tome decisões sobre questões mais amplas, tais como: exame dos orçamentos de pessoal e de custeio,

aprovação da distribuição geral de recursos entre órgãos da Prefeitura, e a discussão de projetos maiores, de longo prazo, como despoluição, projetos estratégicos de infra-estrutura e planos de desenvolvimento econômico. Ao fim, cada aspecto do Orçamento Municipal tem que ser aprovado pelo Conselho. Obviamente, essas tarefas transcendem em muito a capacidade dos indivíduos que compõe o Conselho, voluntários desprovidos do apoio financeiro e técnico essencial à tomada de decisões racionais e bem-fundamentadas sobre todas essas questões. Na prática, o Conselho passa a maior parte do tempo discutindo a distribuição de investimentos. A aprovação das questões amplas mencionadas acima geralmente não passa de mera ratificação das propostas da administração municipal, embora ocasionalmente alguma controvérsia ocorra e os Conselheiros demandem mais informações.

...

Embora o Conselho do Orçamento Participativo, sobrecarregado por suas muitas atribuições, tenha oficialmente o poder de decisão final, sua incapacidade de processar todas as informações implica em utilização muito seletiva desse poder.” (Abers – 1998 – 16)

S9 - Solução 9

“Mais do que simplesmente aprender a se organizar, os participantes aprendem a negociar com a Prefeitura sobre temas altamente técnicos. Observei diversas discussões em que, a despeito de possuírem muito mais e melhores informações, técnicos da Prefeitura foram colocadas em posição defensiva pelo habilidoso questionamento dos participantes. É bastante comum que os delegados, muitos deles tendo não mais que o curso primário, questionem funcionários dos órgãos executores sobre a origem e a razão de regras e procedimentos. Embora não detenham conhecimento técnico formal, os participantes conhecem centenas de projetos executados pela Prefeitura em toda a cidade. Frequentemente, eles usam o exemplo desses projetos para

questionar argumentos sobre a viabilidade técnica ou econômica de certas demandas. Se vocês não podem pavimentar essa rua no morro porque ela é inclinada demais, como explicam a pavimentação do Morro "X"? Se fica caro demais construir esse canal de drenagem aqui, como vocês explicam a construção do canal de drenagem do Jardim "Y"? A correta percepção desse aprendizado da habilidade em negociar nos leva muito além da noção já aceita de que a participação dos cidadãos traz à mesa de negociações o seu "saber local" sobre carências e demandas. Eles também ganham, através do próprio processo de participação, conhecimento crítico sobre a capacidade do governo em atender suas carências e demandas. ” (Abers – 1998 – 16)

Soluções de problemas

- S11 - ajuda a incluir classes A, B, C e D nas solicitações de obras e serviços prioritários – P11

“Inventando a Democracia

De que maneiras tem a política de participação no orçamento contribuído para o "empowerment" daqueles destituídos tanto de poder econômico quanto de poder político? Em primeiro lugar, ao abrir a "caixa-preta" do orçamento para um grande número de cidadãos comuns. O número de participantes a cada ano é muito grande, chegando a pelo menos 14.000 em 1995. Uma pesquisa de opinião de setembro de 1994 determinou que 8,4% da população adulta de Porto Alegre havia participado de pelo menos uma das plenárias de orçamento nos cinco anos desde a abertura do processo (META, 1994:8). Embora ainda sem o envolvimento direto da maioria da população, mudanças profundas na qualidade da organização da sociedade civil e na estrutura de governo já ocorreram.

...

No "survey" de participantes que conduzimos, cerca de 40% dos entrevistados tinham renda familiar de até 3 salários mínimos por mês. Outros 18% tinham renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos mensais. Cerca de 42% dos entrevistados tinham menos que o primário completo e 54% deles tinham menos que o primeiro grau completo. Apenas 12% dos entrevistados tinham alguma educação de nível superior.

...

A explicação mais provável é que a classe-média geralmente mora em bairros sem maiores necessidades em termos de infra-estrutura básica, o que faz as discussões dos Foruns Regionais bem menos relevantes para eles. Essa hipótese ganha suporte se considerarmos que os níveis de renda e educação dos participantes das Plenárias Temáticas são significativamente mais altos, sugerindo que estas atraem pessoas de maior poder aquisitivo, com poucas demandas em termos de infra-estrutura mas preocupadas com questões mais gerais da cidade.

...

Ao contrário das expectativas de que os mais organizados manteriam controle desproporcional sobre o processo ao longo do tempo, eu constatei que, no caso de Porto Alegre, novos participantes e novos bairros eram continuamente mobilizados através de um "efeito demonstração". Na medida em que se difunde a percepção de que os participantes são recompensados com investimentos públicos em seus bairros, os cidadãos céticos se convencem a agir da mesma forma.” (Abers – 1998 – 16)

- S12 - acabou com o clientelismo

– P12

“O resultado tem sido uma extraordinária mudança nos padrões de gasto que tradicionalmente privilegiavam investimentos em grandes obras vistosas, em geral superfaturadas, tais como túneis, pontes, viadutos e estádios esportivos. Nos últimos 7 anos, desde

que o PT assumiu a Prefeitura, a maioria dos investimentos foi dirigida para projetos de urbanização em pequena escala e para projetos de infraestrutura na periferia da cidade. A "caixa-preta" do orçamento foi aberta. Agora, mais de 14.000 pessoas decidem a cada ano como a Prefeitura deve investir em seus bairros e um Conselho Municipal de Orçamento eleito delibera sobre a alocação de todo o gasto do Executivo Municipal.

...

Nesse contexto, houve um marcado declínio na capacidade de sobrevivência de associações de moradores clientelistas e fechadas. Tais associações "tradicionais" são caracterizadas por um baixo nível de democracia interna, geralmente tendo à frente um presidente vitalício e autoritário que quase nunca realiza eleições. O presidente mantém seu cargo porque este lhe propicia algum status e, frequentemente, acesso a recursos públicos através de programas de assistência via associações de bairro. Em geral, o presidente é um cabo eleitoral de algum político ou partido, encarregado da mobilização de votos nos períodos eleitorais. Os votos são em geral trocados pela promessa de que tal político ou partido, uma vez no poder, irá resolver os problemas de infraestrutura do bairro." (Abers – 1998 – 16)

- S13 - incentivou a discussão democrática

– P13

“Na medida em que as pessoas começam a participar da vida comunitária, elas têm que aprender as regras democráticas da ação coletiva. Tentei captar o funcionamento desse aprendizado através de pesquisa participativa ao acompanhar o desenvolvimento de uma região que mal começara a mobilizar um número significativo de participantes, já no quarto ano do Orçamento Participativo. Poucos dos participantes eram ativistas com longa experiência. Em sua maioria, eram apenas pessoas comuns lutando por melhorias em seus bairros. Mas para fazê-lo, tiveram que aprender algumas

práticas básicas de democracia como, por exemplo, organizar uma reunião.” (Abers – 1998 – 16)

- S14 - mobilizou a comunidade - democracia direta – P14

“Embora a política de orçamento não exija que os participantes pertençam a associações, o Orçamento Participativo deu a essas um novo vigor. Numa pesquisa de opinião que realizamos com os participantes das grandes assembléias regionais, 76% dos entrevistados informaram que participavam de associação civil de alguma natureza. Destes, 62% dedicavam a maior parte do seu "tempo de participação" a associações de bairro e 14% a outros tipos de associações regionais ou locais, tais como Articulações Regionais, Comissões de Rua informais ou Centros Comunitários.

...

Ao longo do ano e meio em que acompanhei as reuniões do Fórum de Delegados dessa região, uma transição lenta mas bem marcada ocorreu. Inicialmente as reuniões eram caóticas, uns interrompendo a argumentação dos outros, pessoas gritavam e xingavam, outros saíam ofendidos antes que qualquer decisão fosse tomada. Ao fim do período, os coordenadores das reuniões já tinham aprendido a controlar as interrupções, manter o foco das discussões nos temas em pauta e promover votações claras e idôneas. A importância deste processo de aprendizado básico não deve ser subestimada pois, através dele, pessoas comuns conquistam a habilidade organizativa que poderão usar e difundir em outros espaços e contextos.

...

Enfim, um processo de aprendizado crítico está permanentemente ocorrendo: novos ativistas aprendem o be-a-bá dos processos de decisão coletiva e o saber administrativo é desmistificado. Dezenas de milhares de pessoas se engajaram em debate político e ação coletiva, a despeito de uma cultura política dominante em que o

paternalismo e a alienação dos cidadãos dos processos de decisão política são a norma.

...

Mobilização e Efeito Demonstração

Embora muitos estudos sobre ação coletiva sugiram que as pessoas se mobilizam apenas para reagir a condições difíceis ou a injustiças, minha pesquisa mostra que elas também se mobilizam em função de expectativas de melhores condições de vida. Ou seja, as pessoas participam quando percebem que ao fazê-lo atendem a seu interesse. Este cálculo envolve não apenas os **custos** da participação identificados por Mansbridge (1980), mas também a expectativa dos prováveis **benefícios**.” (Abers – 1998 – 16)

- S15 - melhorou controle dos gastos e aplicações do dinheiro público. Já que ativou o acompanhamento e monitoramento das obras pela população.

– P15

“Embora na maioria dos casos os critérios técnicos da Prefeitura tenham prevalecido, a alta probabilidade de que os participantes exijam explicações pressionou a Prefeitura a iniciar apenas aquelas obras que possa pelo menos explicar. A pressão por informações e esclarecimentos fez a Prefeitura planejar e coordenar as obras com muito cuidado. Respondendo à necessidade de prover os participantes com mais e melhores informações, a Prefeitura criou um sistema informatizado que controla os gastos de cada órgão executor, projeto por projeto. Esse controle restringiu bastante a possibilidade de que recursos possam ser desviados através de rubricas contábeis vagas e enganosas, muito comuns na administração pública brasileira. Segundo funcionários municipais, com a implementação do sistema de controle informatizado a Prefeitura ganhou, pela primeira vez, o controle passo-a-passo sobre os gastos dos órgãos executores. Embora muitos afirmem que a participação só é possível quando as questões são simples, o caso

de Porto Alegre mostra que os participantes não apenas foram capazes de lidar com informações complexas mas, através de pressão constante, forçaram o aprimoramento da capacidade do governo em prove-las.” (Abers – 1998 – 16)

- S16 - gerou propaganda para mobilizar cada vez mais a comunidade – P16

“Acreditamos que a experiência recente do orçamento participativo da Secretaria Municipal de Educação (SMED), independentemente do mérito geral da proposta, trouxe uma contribuição que poderia ser assimilada pelo OP. Na educação, as demandas não foram simplesmente entregues nas plenárias. Elas foram apresentadas na forma de projetos usando como recursos de apresentação slides, teatro, música, vídeo etc., provocando a reflexão e a sensibilidade dos participantes. Ao invés da fala individual do representante de cada escola, tivemos falas coletivas, previamente planejadas e com grande capacidade de encantamento do público. Um exercício de apresentação deste tipo obrigaria os delegados a irem um pouco além da simples demanda, ao terem de argumentar sobre os benefícios para o coletivo da região e para o seu desenvolvimento futuro.

...

Nas plenárias das comunidades escolares, convocadas pela SMED, tivemos uma outra figuração possível, em que a população envolvida também foi sujeito cultural e intelectual. Isto serve também para a entrega da proposta orçamentária na Câmara de Vereadores. Em outras cidades que adotaram o Orçamento Participativo, como Santo André, em São Paulo, este é um momento de festa. Em 1997, eles constituíram uma espécie de "carnaval-passeata", reunindo todas as escolas de samba da cidade e indo da Prefeitura até a Câmara de Vereadores. Não apenas a imprensa foi obrigada a registrar o acontecimento, como outros setores sociais foram atraídos e informados diretamente por uma mídia popular.” (Cidade – 1998 – 25)

3. Metodologia de Funcionamento e Tabela de Prioridades – Belo Horizonte

Embora o OP de Belo Horizonte tenha sido baseado em moldes iniciais muito similares ao OP de Porto Alegre, ele tornou-se único em vários momentos.

Os OP de BH são divididos em três: OP Cidade (Antigo OP Setorial), OP Habitacional e OP Regional. A divisão é similar a de Porto Alegre. O primeiro são temas municipais (Saúde, Habitação, Educação e outros), o segundo é apenas de habitação (considerado no primeiro OP realizado um item de extrema necessidade, tornando-se permanente) e o terceiro regional (obras básicas de bairros). O OP Cidade é o que tende a abranger os outros dois, centralizando as decisões macro em nível de investimento. O OP Cidade foi focado a pesquisa que se segue.

O OP Cidade e o OP Regional de BH tem periodicidade de 2 anos, sendo executados em anos alternados.

O OP Cidade tem quatro etapas claras: (1) Compromisso, (2) Diagnóstico, (3) Análise estratégica e (4) Definição de Prioridades. Esses termos e a divisão de trabalho na forma apresentada parece-nos mais clara e simples do que a do OP de Porto Alegre. Ver Figuras 5 e 6.

1. Compromisso

Os delegados elegeram os principais problemas dos setores de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Habitação e Cultura, assim como recomendações para sua Solução.

2. Diagnóstico

Essa etapa, conhecida como Seminário de Gestão - Fase I, visa discutir a missão, visão e princípios de cada setor. Nessa fase são realizadas pesquisas na população para identificar problemas citados na fase Compromisso. A votação é feita em qual serão os objetivos de cada setor.

3. Análise Estratégica

Os Seminários de Gestão – Fase II, definem os Planos Estratégicos Setoriais, ou seja, como serão garantidos os objetivos de cada setor.

4. Definição de Prioridades

Os Planos Estratégicos Setoriais são adequados ao Projeto Orçamentário que será enviado a Câmara dos Vereadores. A definição de prioridades é feita baseada nos critérios técnicos de pontuação, que é baseado nos critérios de importância estratégica, benefício social e viabilidade de recursos financeiros.

O item principal de sucesso do OP de BH, na nossa opinião, é o sistema de pontuação das atividades, que tornou menor a influência de mobilização de massa votante (quanto mais votantes presentes de uma determinada região, maior a sua força política), sem extingui-la (o que poderia fazer os participantes não irem mais, já que sua presença não seria determinante). O

critério atual de pontuação tem peso de 49%, enquanto o voto tradicional dos participantes tem peso de 51%.

O critério Atual é explicado abaixo (Ver Figuras 1, 2, 3, 4, 7 e 8 como auxílio):

“Foram considerados cinco critérios (Estruturação Urbana, Importância Estratégica no Funcionamento da Cidade, Custo Global da Obra, Abrangência da Ação e Indicações Anteriores), cuja conceituação e indicadores são apresentados no Quadro 2.A” (Figura 1 e Figura 2) (Revista Cidade – BH, 2000 - 20)

E continua:

“Ressalte-se, quanto aos critérios de hierarquização a valorização especial dos aspectos referentes à Estruturação Urbana e à Importância Estratégica no Funcionamento da Cidade, o que se justifica por contemplarem, respectivamente, variáveis fundamentalmente relacionadas com o processo de formação do espaço urbano e com o desempenho de funções essenciais da cidade.

Os planos Regionais (Quadro 2.B – Figura 3 –) e a Regulamentação das ADE’s (Quadro 2.C – Figura 4 –) foram hierarquizados segundo critérios definidos em função de características das áreas e da sua susceptibilidade a processos inadequados de ocupação.” (Revista Cidade – BH, 2000 - 20)

Como foi realizada a determinação das prioridades:

“A PLENÁRIA DO SETOR URBANO

Realizada no dia 11 de Setembro de 1999, a Plenária do Setor Urbano foi composta apenas por representantes da sociedade civil, com o objetivo de definir uma hierarquia das obras, planos e

investimentos estruturantes, objeto de apreciação na Conferência da Cidade, e de eleger 45 delegados a essa Conferência.

...

Após uma apresentação geral relativa ao encaminhamento do Orçamento Participativo Cidade 1ª Sistemática adotada pelo Executivo, o processo de discussão se deu em grupos de trabalho, com suporte de técnicos dos órgãos municipais, que prestaram esclarecimentos sobre os planos, obras e investimentos apresentados.

Foram atribuídas notas de 0 a 100 a cada ação apresentada. A hierarquia final foi construída a partir da pontuação dada a cada ação pelos participantes, multiplicada por 0,51 e somada à nota dada pelo Executivo Municipal, multiplicada por 0,49” (Revista Cidade – BH, 2000 - 20)

VI – O FUTURO: ‘DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA’

Apresentamos para explicar as necessidades e características da Democracia da Informação:

- 1 - Premissas para concretização do sonho da Democracia da Informática;
- 2 - Recursos necessários ao bom funcionamento
- 3 - Como funcionará;
- 4 - Como proceder a sua Implantação.

1. Premissas para a Concretização do Sonho da Democracia da Informática:

- Iniciar com uma Certa Estabilidade Macro Econômica, baseado em um equilíbrio Fiscal auto sustentável (Gastos irrefutáveis do governo menores que a receita);
- Garantir uma legislação que forneça o poder gradativo à Democracia da Informática. Caso não houvesse votantes mínimos no fórum de determinadas regiões/temas, os atuais eleitos pela Democracia Representativa ainda vigente (período de transição) votariam esses assuntos. Essas mudanças legais devem dar poder real de decisão, através do voto popular, de todos e quaisquer assuntos pertinentes a política pública. Através deste método de votação popular acompanhado de auditorias e acompanhamentos livres aos participantes, seria atingida a confiabilidade ao sistema.

Hoje já há avanços na Constituição de 1988, como os citados no tópico IV (Conceitos da Votação Popular – Legislação Atual), mas ainda são incipientes quanto ao objetivo amplo desta reforma;

- Mais de 70% dos votantes da região devem ter acesso gratuito a Internet, TV Iterativa, Telefone ou similar, que possibilite ao mesmo votar no seu tempo livre, de sua casa ou escritório; Os 30% restantes teriam que ter formas populares de acesso como utilizar em Escolas, órgãos públicos, bancários ou do Correio;

- Prover sistemas que possibilitem aos deficientes físicos visuais e analfabetos de participar (ou ensinar a ler 100% da população votante). O sistema poderia ser automático conversacional de perguntas e respostas (via Internet ou Telefone), ou através de operadores tipo *telemarketing* – Nesse caso todas as conversas sobre votação seriam gravadas e a vontade garantida, já que 10% a 20% dos casos seriam auditados, para comprovar que não houve falha de qualquer tipo nessas votações;
- Os participantes votantes devem receber as informações pertinentes das áreas governamentais, ONGs e outras relacionadas, ter tempo de analisá-las, discuti-las em público (internet com chats) ou em particular, solicitar esclarecimentos, participar e ou solicitar palestras relativas ao assunto.

“Não há autonomia de decisão nem de opinião se não há informação sobre condições e contextos” (Suplicy, 1999- 1)

O recebimento dos dados necessários e informações pertinentes devem ser fornecidos em igualdade de condições e idoneidade sobre os vários lados da questão levantada, pela Internet, por teatros itinerantes, vídeos populares disponíveis nas Escolas, Bancos, órgãos públicos e correios, pelas emissoras de TV e de Rádio, Jornais públicos e privados. Lembro que como todos estarão interessados em participar, haverá público e interesse destes veículos de massa em manter o consumidor como seu cliente. Os vídeos e outras mídias oficiais mais caras poderiam conter propaganda para torná-los gratuitos a todos.

“...é fundamental...utilizando todos os meios de comunicação disponíveis: vídeos populares, teatro, rádio, TV comunitária, boletins, Internet interativa” (Suplicy, 1999, 1)

Assim, tanto as informações quanto a votação e as discussões poderiam ser feitas em casa, para aqueles que tenham no mínimo um Telefone e uma TV, rádio, jornal ou similar. Ou somente a votação teria que ser feito em ambiente público, se o usuário apenas não tiver um Telefone em sua casa.

“Neste caso, porém, um ponto para termos atenção: os mecanismos de participação devem ser suficientemente pensados e previstos, para que as pessoas não se sintam “compartilhadas” e obrigadas a freqüentar diferentes e múltiplos espaços de participação, para que possam ter capacidade de interferir nas políticas locais.” (Suplicy, 1999 – 1)

- Para capitalizar inclusive a Classe E (Aqui considerada a classe que hoje luta pela sobrevivência) como votante participante, devemos implantar algo parecido com o plano de garantir uma renda mínima aos participantes da votação. Assim, eles teriam duplo interesse em participar: além de fazerem-se ouvir, receberiam o mínimo para sobreviver, enquanto encontram um trabalho e uma situação melhor de vida.

“O desafio da garantia de igualdade é o grande desafio hoje da democracia... vivemos numa sociedade desigual, discriminatória e excludente. Assim, não é possível falar em democracia participativa sem assumir compromissos claros com: propostas de inclusão e garantia de igualdade de oportunidades e de acesso aos

bens coletivos. Falamos aqui de renda mínima de cidadania, do direito ao trabalho, ao desenvolvimento, à educação de qualidade... À população sem direitos mínimos de cidadania, torna-se difícil participar de debates mais amplos, já que a luta pela sobrevivência será sua primeira preocupação” (Suplicy, 1999, 1)

Uma Emenda Constitucional incluída na Constituição pode fornecer um subsídio para auxiliar essa população carente, também gerenciada com a participação popular:

“TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Artigo incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/00:

"Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a **participação de representantes da sociedade civil**, nos termos da lei.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os

referidos Fundos ser geridos por **entidades que contem com a participação da sociedade civil.**

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.” (Constituição 1988 – Brasil – 14)

- Como o sistema principal do método é a Informática, todos os sistemas envolvidos deverão ter seu código fonte documentado e disponível para o público (exceto os de codificação (*encrypt*) dos dados) e com instruções para compilação, de forma a ficarem idênticos aos utilizados, melhorando a confiabilidade do sistema, já que permitirá a qualquer um com poucos conhecimentos verificar se o programa é o mesmo utilizado e se há algo irregular ou estranho no mesmo.

2. Recursos necessários ao bom funcionamento

2.1. Recursos Físicos

Os Recursos físicos exigidos para essa nova forma de representação Democrática Direta não são extremos:

- Locais de reunião, palestras e treinamento suficientes e acessíveis à toda a comunidade, em esquema de rodízio;
- Transporte gratuito para os participantes;
- Locais públicos de acesso aos meios de comunicação e votação, com monitores treinados e imparciais para auxiliar os novos participantes;

2.2. Recursos de Distribuição de Informação e Treinamento

Os recursos de distribuição de Informação serão todos os necessários que permitam atingir 100% da população, com velocidade e de simples acesso a mesma, além de economizar recursos monetários e de materiais reciclados. O ideal é utilizar uma mescla de Internet (muito mais barata e espero que no futuro muito acessível), com TV e rádio (outros meios baratos e já hoje muito acessível), jornais, revistas e panfletos (não tão caros, se em escala menor, ou se patrocinados).

2.3. Recursos Políticos e Jurídicos

Garantir uma legislação que forneça o poder amplo e gradativo à Democracia da Informática.

2.4. Recursos Financeiros

Para o próprio funcionamento da Democracia da Informática deverá ser criada uma verba de funcionamento pública, com o auxílio opcional de patrocinadores que poderão fazer certos tipos de propaganda limitada nos veículos utilizados para a comunicação de informações e votação, sempre escolhidos por votação dos próprios participantes, através de licitações feitas para esse fim.

2.5. Recursos Humanos

Os encarregados de coordenar as atividades básicas da Democracia da Informática serão divididos entre empregados e terceiros, sempre acompanhados de auditores independentes de duas ou mais firmas de auditoria, para tornar a isenção uma dos pontos principais desta Democracia.

Quanto a coordenação e ao perfil dos mesmos:

A implantação da Democracia da Informática deveria ser coordenada por pessoas que tem uma ou mais dessas características como principais:

- Idealismo – Para manter-se correto, sem tentar favores particulares ou ao seu grupo determinado;

- Conhecimento técnico em informática – Para desenvolver rotinas e sistemas que auxiliem a estruturação de forma prática e coesa.
- Conhecimento político, de liderança e ou de mediação – Para conseguir guiar e tomar as rédeas das ações necessárias a serem tomadas sem perder o foco nos caminhos básicos a seguir, e na necessidade de solução de um determinado problema.
- Experiência em dificuldades e soluções deste tipo para ganhar algum tempo evitando erros comuns e básicos. Os coordenadores de Orçamento Participativo que funcionaram bem ou mal seriam as pessoas ideais nesse perfil.
- Conhecimento acadêmico em teses político administrativas para formular e adequar as regras e convenções de forma a evitar ou minimizar os possíveis problemas para implementar soluções deste tipo, sempre pensando na implementação real.
- Especialistas em pesquisa idônea, para auxiliar a criar as pesquisas necessárias e analisar seus resultados, sempre pensando em aperfeiçoar os métodos, treinar e incentivar os participantes.

Consideramos que essa mistura de características num grupo unido no ideal de criar esse revolucionário e Democrático método de governar recursos e dificuldades é um dos fatores primordiais de sucesso.

Para auxiliares, seriam necessárias pessoas com um ou mais desses perfis:

- Perfis de Repórter em estudantes e estagiários para criar documentações dos métodos, além de formas de esclarecer aos participantes as soluções, os próprios métodos e seus motivos, de forma simples e acessível;
- Perfis de Treinamento para ministrar cursos básicos necessários as capacidades técnicas e acadêmicas mínimas necessárias aos participantes e aos coordenadores;
- Perfis de Marketing para incentivar através da mídia (própria ou de terceiros) a participação, ressaltando as virtudes do sistema, sem eliminar os defeitos, e usar esses defeitos para incentivar aos participantes criar métodos e sugestões que minimizem ou eliminem os mesmos.

3. Como Funcionará:

O Poder Executivo para regiões (grupos de 1 ou mais bairros ou parte de bairros) e para tema ou assuntos da Cidade, Estado e País, teriam as etapas:

3.1. Definição das áreas aqui chamadas regiões. Esse processo será feito por pesquisas de nível social, sociedades de bairro já existentes e outros critérios técnicos que auxiliem a criar uma área clara e com certa homogeneidade. Essas regiões serão aprovadas pelos integrantes da mesma, por voto maioria simples (50% + 1).

3.2. Escolha por votação dos critérios a serem adotados para a priorização de obras / assuntos por região.

Serão oferecidos cinco tipos de critérios para a votação

Se um desses receber maioria simples dos votos, esse critério é aprovado;

Senão, será utilizado um método de seleção de vencedor tipo “condorcet” (Vide texto de critérios de seleção de prioridades - III - Conceitos da votação na Internet) para a escolha do critério, que é muito próximo de haver um segundo turno com os dois critérios mais votados.

A diferença básica é que isso é feito automaticamente pelo sistema, sem requerer outra votação.

Uma das escolhas opcionais é criar um critério novo.

Se houver uma coesão de se criar um critério novo será feita uma comissão voluntária para criar esse critério. Esse novo critério terá que

disputar juntamente com os outros critérios, utilizando-se regra acima descrita.

3.3. Sugestão das atividades (obras principais e atividades). As sugestões serão normalmente enviadas:

- Pela prefeitura, pelos governos federal e ou estadual;
- Por pessoas comuns da cidade ou da região;
- Por ONGs;
- Por associações de classe ou de bairro / região.

3.4. Votação dos assuntos principais por região – Voto simples via “concorcet” (Vide texto de critérios de seleção de prioridades).

3.5. Priorização das verbas por assunto, região e cidade aplicando os critérios aprovados no item 2.

3.6. A votação das verbas por região e por assunto (separadamente) será baseada em R\$100 por pessoa (Para ficar mais fácil o cidadão visualizar que prioridade será dada em cada um dos assuntos). O máximo que cada cidadão pode dar ao seu assunto mais prioritário é de R\$30, ao segundo o máximo será de R\$20, ao terceiro o máximo será R\$15 e qualquer valor abaixo disso para as outras prioridades.

As verbas por tema/assunto terão seus máximos: R\$40, R\$30, R\$20, R\$10, R\$ 5, e qualquer valor abaixo disso.

Detalhe: ao sobrar verba de um assunto, esse será alocado ao assunto de maior prioridade, baseado nos critérios definidos no item 3.5, que não atingiu a verba necessária.

3.7. Após aprovado orçamento de obras para regiões, serão escolhidos pelas regiões os executores da obra, seus auditores e os secretários da obra, dentre os candidatos possíveis. Sendo que:

- Todos os trabalhos terceirizados terão transparência total de gastos, licitação, pagamentos e pesquisas noticiados na Internet;

Os critérios para parceria entre as tarefas a serem executadas e as firmas executoras serão licitações abertas e definidas também por votação popular, com cláusulas de seguro monetário garantido por uma ou mais companhias de seguro, com capital suficiente para garantir o retorno do investimento, caso a firma prestadora não consiga executá-la, por qualquer razão. Isso com certeza aumentará as atuais garantias, além de oferecer condições de mais firmas conseguirem concorrer, diminuindo lucros sem perda da qualidade.

- Todas as contas correntes da prefeitura terão seus extratos abertos ao público e explicados;
- Todos os contratos a serem assinados pelo governo serão publicados de uma semana a um mês antes de assinados, dependendo do seu valor;
- Todas as firmas e pessoas físicas que negociam com o governo (sejam eles funcionários, políticos, fiscais, juizes, executores e auditores) têm

como obrigação tornar público a única C/C na qual o governo deposita o pagamento e ou recebimento. Os bancos não poderão realizar depósitos e transferências de contas públicas para contas não públicas que não tiverem seus extratos disponíveis ao público.

- Para remover ou trocar um executor antes de seu mandato terminar ou sua obra, basta uma votação de maioria simples da região ou da cidade (depende da abrangência do assunto ser de uma região específica ou da cidade).

- 3.8. Os históricos das realizações dos executores serão disponibilizados quanto a prazo, o uso da verba, e outros números automaticamente gerados. Além de pesquisas de satisfação dos usuários da obra.
- 3.9. As empresas que patrocinarem o D.I. Terão *banners* nos sites das regiões beneficiadas.
- 3.10. ONGs sempre terão seu espaço para propor idéias aos cidadãos por região ou cidade. Se houver abuso um bairro pode excluir por votação maioria simples as propostas automáticas de determinada ONG.

4. Quanto à instalação

- Como qualquer sistema ao processo, a implantação da mesma deve ser programada para ser gradativa. Quanto mais pausada estudada, melhor os efeitos no geral.
- Creio que o Orçamento Participativo, conjugado a um grande sistema de informática para agilizar, padronizar e disponibilizar as informações na Internet e outros meios de comunicação de forma rápida e eficiente é o melhor caminho Intermediário a esse Processo.

VII – QUESTIONAMENTOS SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO RESPONDIDO BASEADO NA DEMOCRACIA DA INFORMÁTICA

Os pequenos defeitos (comparando-se nos grandes defeitos da hoje surrada Democracia Representativa) do Orçamento Participativo, e a utilização de algumas das técnicas e premissas da nossa Futura Democracia da Informática, foram muito bem resumidos no texto da Marta Suplicy (que é Presidente do Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, entre outras atividades). Com isso, ela foi muito citada hora como grande questionadora, hora como confirmadora da resposta clara e concisa.

Questões feitas ao Orçamento Participativo, respondidas baseadas na Democracia da Informática:

“Formação de massa crítica em relação às nossas propostas.

- a) É preciso formar massa crítica em relação à democracia participativa...
- b) Para que essa massa crítica seja criada, precisamos nós, em primeiro lugar, ter muito clara a nossa perspectiva de Gestão Pública Democrática. (1) Quais são as suas funções principais ? (2) O que delegar ? (3) O que descentralizar ? (4) Quais os critérios de parceria ? (5) Como monitorar as parcerias, para garantir eficácia nas políticas públicas ? Com que instrumentos

garantir essa participação ? (6) Até onde vai a possibilidade de interferência nos processos do Orçamento Participativo? Só em definição de novos investimentos ?” (Suplicy, 1999, 1)

1 - Quais serão as suas funções principais?

As funções principais serão:

- Incentivar o povo a tornar-se cidadão ativo e pensante;
- Criar uma sinergia de ajuda política e movimentação de massas para resolver questões principais e urgentes;
- Criar mecanismos de controle e acompanhamento pelo povo dos gastos públicos, licitações, cobranças de impostos, dívidas e outras afins;
- Criar mecanismos de escolha de prioridades, limites de gastos das mesmas, e outras decisões necessárias, pelo povo, sempre recheado de informações idôneas e isentas;
- Criar centros de discussão, palestras e similares envolvendo todos os participantes, de forma a disseminar soluções e problemas públicos.

2 - O que Delegar?

O máximo possível! Quer dizer: Após a implantação gradativa, a transferência do poder decisório irá gradativamente abranger praticamente todas as decisões públicas, em âmbitos Municipais, Estaduais e Federais, decididas pelos próprios participantes. Note que os participantes do

Orçamento Participativo, mesmo encontrando (e talvez por isso mesmo) dificuldades de administrar sua cidade, desejariam poderem participar de decisões cabíveis apenas a outras esferas da administração pública.

No início a delegação de poder funcionará somente para novos investimentos. Gradativamente deverá abranger os assuntos prioritários definidos pelos participantes, até atingir o limite que os mesmos considerarem como ideal.

As vantagens de delegar o máximo possível são:

- Motivar as pessoas a pesquisar, pensar, analisar, discutir sobre todos os assuntos públicos relevantes! Pela diversidade de assuntos, já haverá uma definição clara que assunto é mais prioritário para o participante.
- Como ocorre nas grandes empresas, algumas ordens chamadas “de cima para baixo” ocorrem baseadas na vivência do diretor ou similar, que, distanciado dos problemas do dia a dia, tem uma visão as vezes turva, outras tênue ou equivocada do que é necessário. Na administração pública as diferenças e enganos são ainda maiores. As ordens geradas baseadas em fatos e relatos das pessoas próximas ao problema é que normalmente tem no mínimo uma visão do que funcionará e do que não. É lógico que somente isso não garante acertos. É necessário um empenho de seus coordenadores e dos executores para fazer a correção de seus procedimentos a fim de tornar o sistema efetivo por completo. É lógico que haverá erros, já que somos todos

humanos! Mas isso faz parte do aprendizado, e os cidadãos unidos com certeza aprenderão com os erros e acertos uns dos outros! Lembre-se que esses cidadãos terão como assessores e professores técnicos públicos e privados que sabem de seus assuntos. Ambos vão aprender a se respeitar uns aos outros, ouvindo os argumentos e falando sobre seus pontos de vista.

- Igualdade de representação garantida às classes A, B, C e D e E (a classe E, considerada como ‘cidadão sem direitos mínimos, lutando por sobrevivência’, considerada como não incluída automaticamente nesse processo, dependendo de incentivos e treinamento extra).
- Acompanhamento da população do orçamento e dos gastos do governo. Se o povo escolhe e prioriza as tarefas, sabe o que deve ser feito, em quanto tempo, aonde e quem a executará, e poderá acompanhar bem de perto se está ou sendo executado, se está indo bem ou mal. Se a tarefa for paga por dia, poderão acompanhar todos os gastos e os andamentos das tarefas pela Internet, já que será obrigatório, nesses casos.
- Obriga a mídia a auxiliar no processo, já que haverá muitas pessoas interessadas nos assuntos políticos da cidade.

As desvantagens seriam as sempre citadas, que também ocorrem nas Democracias Representativas, em maior escala:

- Erros de cálculo para menor ou para maior das obras, exigindo atrasos nos projetos, além de gastos extras (Na D.R. os erros são imensos, como os que ocorrem na nossa política atual);
- Escolha de tarefas prioritárias sem a representatividade das classes E (Na D.R. normalmente sem também as classes B, C e D);
- Não pensar em longo prazo (Na D.R. do Brasil já se pensou em longo prazo?), sem atividades básicas como esgoto, habitação, além de outros.
- Alguns assuntos relevantes levariam muito tempo para serem decididos. (Quanto tempo chegou a demorar na nossa D.R., uma votação nas câmaras, uma decisão no setor Executivo e judiciário, nesse País?);

3 - O que Descentralizar?

O máximo possível! Há limites na descentralização, mas creio que o avanço da Democracia da Informática irá encontrar o seu limite inicial e irá expandindo o mesmo de tempos em tempos. O início será baseado nas atuais estruturas Municipal, Estadual e Federal, além de regiões abrangendo um ou mais bairros, definidos tecnicamente com votação dos participantes. Dependendo do avanço das técnicas, dos sistemas e da população poderemos até utilizar mini-prefeituras Bairro a Bairro, geridas pela população com toda a transparência exigida.

4 - Quais são os critérios para parceria?

Veja tópico como funciona. Resumo: Os participantes (votantes) decidem tudo. Eles próprios podem criar ou sugerir prioridades e campanhas, levantar pesquisas e temas. Podem também simplesmente votar nas prioridades que as ONGs, corpo técnico da prefeitura e outros participantes criaram.

5 - Como monitorar as parcerias, para garantir eficácia nas políticas públicas?

Com que instrumentos garantir essa participação?

Através de sistemas de computação que torne acessível a todos as informações relevantes a decidir, acompanhar, auditar e discutir as políticas públicas.

6 - Até onde vai a possibilidade de interferência nos processos do Orçamento Participativo? Só em definição de novos investimentos?

O limite planejado de interferência da Democracia da Informática é todo o Poder Executivo. Isso é razoavelmente fácil de ser atingido. Sim, continuará a existir os Estados, os órgãos oficiais, e outros. Mas eles serão guiados e mantidos pela população. Em outras palavras os cargos de Presidente, Governador, Prefeito perderiam de 80% a 100% de suas diligências. Eles tornar-se-iam líderes gerais, votados pelo povo, com voz ativa como líder consultor de seus eleitores, além de representar os

mesmos em seminários, palestras e outros assuntos nacionais e internacionais. Lembre-se que caminhamos para cada vez mais sistemas de computação para resolver os problemas burocráticos que criamos.

O limite de gastos seria o da arrecadação. Para buscar empréstimos e financiamentos, aumentos de impostos ou cortes no funcionalismo, essa decisão exigiria uma votação de 2/3, além de relatórios de auditores independentes demonstrando ou a necessidade, ou o ganho financeiro ou público do mesmo.

Mas, o poder legislativo não seria mais difícil de ser atingido. Criar leis dependeria de votações abrangentes, quase da mesma forma e complexidade do poder executivo. Alguns dos problemas recairiam sobre decisões de direitos de minorias, hoje também controversas e difíceis, e decisões sobre carga tributária de impostos, que hoje é esmagadora nas classes trabalhadoras.

Agora, o limite que ainda considero difícil (nunca impossível) de ser ultrapassado, é o judiciário, por suas características:

- Um réu é inocente, até que se prove o contrário; Além disso, ele tem direito a, enquanto réu, não ter sua vida escancarada à opinião pública, e ser considerado pela mesma (perdendo o direito à privacidade, além de ocasionalmente o direito ao trabalho e outros) inocente, enquanto não condenado.
- As minorias e os preconceitos da sociedade poderiam ser aumentados, sem mecanismos de proteção eficientes;

- Talvez, se proibisse a divulgação do nome do réu, seu rosto, além de evitar que informações sobre crença, cor, religião, classe econômica, política do réu e outros assuntos não estritamente relevantes ao caso tornasse-se de conhecimento público, poderia ser julgado um réu pelo povo, sem intermediários, logicamente com um Juiz controlando os advogados de ambos os lados.
- Completamos com uma das implementações já criadas no Orçamento Participativo de Porto Alegre, que envolve o poder Judiciário.

“De forma semelhante, numa parceria com o Poder Judiciário, criou-se a figura das "promotoras populares", moradoras escolhidas nos bairros populares, que passam por um programa de formação e que atuam no encaminhamento de questões referentes à violência e à discriminação contra mulheres.” (Baierle, 1998, 18)

VIII – CONCLUSÃO

A Internet não é ainda hoje 100% acessível, mas a combinação de TV, rádio e Telefone são bem próximos disso, e todas tendem a se tornarem cada dia mais acessíveis.

O Brasil tem 20 milhões de analfabetos, mas a taxa continua caindo, e hoje temos apenas 4% de crianças fora da escola (IBGE 2000). No mundo dos países Industrializados (onde o Brasil faz parte da Estatística) a % de analfabetos entre a população adulta é (segundo a Unesco em 1995) 1,3%. O número de computadores *per capita* nos países Industrializados (onde o Brasil faz parte da Estatística) é de 156,3 computadores pessoais por 1000 habitantes (segundo a Unesco - dados de 1996). Os usuários da Internet no Brasil já são 9.8 milhões de pessoas. Entre pouco menos de 170 milhões de habitantes (ou pouco menos de 104 milhões de adultos).

“A pesquisa no Brasil encontrou um total de 9.8 milhões de usuários Internet, sendo que 5.1 milhões de pessoas acessou a Internet em Setembro. 58% dos usuários são homens e 55% dos usuários tem idade superior a 25 anos. Profissionais, executivos, dirigentes, técnicos e trabalhadores autônomos são os usuários que mais a utilizam.

Em Setembro, Brasileiros acessaram em média 13 vezes, gastando 8 horas e 5 minutos em média no mês nos acessos à Internet. Isso é comparável ao tempo médio de acesso de 9 horas e 35 minutos dos EUA em Setembro, das 6 horas e 30 minutos da Austrália, e 4 horas e 45 minutos no Reino Unido.” (eRatings, 2001 – 23)

Usuários de Telefone nos países Industrializados (onde o Brasil faz parte da Estatística) são 424 em cada 1000 habitantes (segundo a Unesco - dados de 1995), sem contar os telefones celulares.

Os programas de desburocratização estão avançando, e cada vez mais sistemas de informática controlam tudo, utilizando principalmente a Internet.

O Orçamento Participativo, apesar de seus problemas, já conseguiu avanços impressionantes em cidades grandes, com grande apoio popular. Sem leis específicas e sem grandes recursos Informáticos.

“Conclusões

O Orçamento Participativo tem objetivos simples: trazer pessoas comuns para a discussão de como distribuir recursos para obras em seus bairros. No entanto, os resultados ultrapassaram em muito os da maioria dos casos de reforma governamental visando eficiência e diminuição de custos. O resultado, penso, é mais que um esforço isolado bem sucedido: transformações significativas no funcionamento da sociedade civil em Porto Alegre ocorreram a um nível que torna difícil a sua reversão caso o PT seja derrotado em futuras eleições e a política de Orçamento Participativo eliminada. Mesmo onde movimentos corporativos e ação egoísta são a regra, a prática da participação envolve um processo de aprendizado através do qual algumas das contradições da democratização podem ser superadas e a organização da sociedade civil aumentada. Ou, como teóricos da democracia como Pateman (1970) e Macpherson (1977) propõem, participação é um processo em desenvolvimento: sua prática pode resultar em um efeito cascata que melhora o próprio processo participativo e transforma a vida política de forma mais geral.” (Abers – 1998 – 16)

Embora hoje, a nível Nacional, a implantação da Democracia da Informática pareça estar um pouco distante da realidade, a nível Municipal e até Estadual, principalmente no poder Executivo, estamos próximos de atingir as premissas necessárias.

Como conclusão da Democracia da Informática, segue um resumo dos Princípios básicos a serem alcançados:

- 1- Receita própria e Gasto público baseado a não ser maior que a receita, exceto em casos extremos;
- 2- Divulgação com transparência de todas as informações necessárias à votação de verbas e ou prioridades, ao acompanhamento, à verificação de fraudes e outros desvios de conduta, além da Prestação total de contas à população, antes, durante e após as decisões terem sido tomadas, pelos representantes ou diretamente pela população;
- 3- Capacitação de toda a população para discernir entre os vários assuntos e problemas de sua cidade, para poderem tomar decisões sábias e precisas.
- 4- Objetivos e indicadores de desempenho – A moderna evolução das organizações, sejam elas de caráter privado ou público, já tem os seus métodos de medir o grau de alcance de seus objetivos e de seu desempenho. Temos que conseguir adaptar esses métodos para podermos averiguar se tais tarefas ou planos estão atendendo bem seus objetivos;

- 5- Eficiência na execução das tarefas prioritárias, na definição das próximas tarefas prioritárias, na manutenção das tarefas permanentes ou em execução, garantindo sempre a Qualidade na prestação do Serviço;
- 6- Processo decisório total ou parcial feito pela população, com participação ampla da sociedade nos assuntos prioritários quanto na formulação de políticas, na criação de tarefas e determinação de prioridades, verbas e prazos para sua implantação;
- 7- Planejamento participativo integrado com o orçamento – Enquanto estivesse no período de transição entre a Democracia Representativa e a Democracia da Informática, haveria a necessidade de se manter ambos os planos, sempre integrando as decisões de um com as decisões do outro. Após o período de transição, eles poderiam ser considerados um só;
- 8- Valorização do servidor público, com sistema de mérito, mas sem privilégios exagerados;

Demonstramos que hoje é possível evoluir do Orçamento Participativo. Explicamos as suas vantagens sobre a Democracia Representativa. Para isso utilizaremos as ferramentas da Informática, além de criar leis, para criar uma Gestão Popular ou Democracia Direta, aqui apelidada Democracia da Informática.

O que necessitamos é a vontade política e popular de, gradativamente, tornar o povo um cidadão conhecedor de seus deveres, seus direitos e necessidades.

Também devemos torná-lo um grande estudioso e estimulá-lo a buscar soluções e respostas aos seus próprios anseios. Para tanto o povo deve retomar seus poderes legais, e exercê-los com sabedoria, solidariedade e consciência.

O mundo moderno cada vez mais necessita de integração social para crescer sem exclusão de um ou mais setores ou classes da sociedade, além de rapidez para implementar mudanças e união para enfrentar problemas.

Outra necessidade Mundial é economizar recursos monetários, humanos, naturais e ecológicos.

Esses são, acredito, as principais vantagens da Democracia da Informática.

Pela complexidade do tema e abrangência, essa Monografia é apenas uma ‘ponta do iceberg’ das mudanças a serem feitas, no povo, nas leis e no governo.

Acredito que a Seqüência deste estudo seria a de tornar mais elaborada a Democracia da Informática, com maiores detalhes de seu funcionamento, suas necessidades de implantação em um município, alguns de seus sistemas operacionais e outros pormenores, como as novas tecnologias de reconhecimento de identidade pessoal.

As tecnologias novas de leitura da impressão digital, leitura da íris e reconhecimento fonético como comprovantes de identidade podem ser mais analisadas, quando seus preços baixarem.

A TV Iterativa também pode ser pesquisada, quando aumentar sua escala de utilização.

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 . SUPLICY, Marta – Atualidade da Democracia Participativa – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

2. OLEGÁRIO FILHO, Assis Brasil – O Orçamento Participativo de Porto Alegre - – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

3. PONT, Raul – Democracia Representativa e Democracia Participativa – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

4. Cordeiro, André Passos – A Experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre: escola de democracia – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia

Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

5. Cabannes, Yves – A Difusão das Formas Participativas de Gestão – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

6. BRAOUEZEC, Patrick – A contribuição de Saint Denis na construção da Democracia Participativa – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

7. HAMMER, Ferenc – Experiências participativas na gestão da coisa pública na Hungria (e na Europa Central do Leste) – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

8. UTZIG, José Eduardo – Orçamento Participativo e a Performance Governamental – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Esse texto é uma versão modificada de uma parte de “paper” escrito no programa SPURS (Special Program for Urban and Regional Studies) no MIT (Massachusetts Institute of Technology), Cambridge, Estados Unidos, primeiro semestre de

1999 - Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

9. GALEANO, Eduardo – Texto citado pelo Raul Pont como de autoria de Galeano no Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, ocorrido em Porto Alegre – RS - Brasil, em 1999 – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Disponível na Internet – www.portoalegre.rs.gov.br/democraciaparticipativa/textos.htm.

10. VOTE.ORG – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Texto tirado da página: www.vote.org/streamline.htm

11. VEJA – SECCO, Alexandre – Texto da Revista Veja Edição 4 de Outubro de 2000 – Reportagem: Quem é o candidato Certo... (com reportagem de Cristine Prestes e Uilson Paiva)

12. BeAVoter.com – Capturado em 02 Jan. 2001 – Online - Disponível na Internet www.beavoter.com

13. Cassen, Bernard – Anatomia de um poder popular – Texto traduzido do francês por Maria R.Pilla, a pedido do Gabinete do Prefeito/POA – Capturada em 02 Jan. 2001 – Online – Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto7.htm

14. Constituição de 1988 – Brasil – Capturada em 12 Março 2001 – Online – Disponível na Internet www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

15. Pozzobon, Regina Maria – Uma experiência de Gestão Pública: O Orçamento Participativo de Porto Alegre, RS – Texto apresentado no III Fórum CONTAG de cooperação técnica. – Capturada em 02 Jan. 2001 – Online – Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto8.htm
16. Abers, Rebecca – Inventando a democracia: distribuição de recursos públicos através da participação popular em Porto Alegre, RS – Texto traduzido por Alberto Lourenço – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto2.htm e www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto11.htm
17. Cassen, Bernard – Democracia participativa em Porto Alegre: uma experiência exemplar no Brasil – Traduzido por Maria R.Pilla – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto6.htm e www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto7.htm
18. Baierle, Sérgio – A Explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre – Publicado na Revista Cadernos da Cidade – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto10.htm
19. Ottmann, Götz. 1995. Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil. *In* Novos Estudos CEBRAP n° 41. São Paulo: CEBRAP.

20. Revista Cidade. 2000 - Parte 1 da Explicação sobre o funcionamento do OP Cidade - – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet www.pbh.gov.br/siga/planejar/indexop.htm ou direto no www.pbh.gov.br/siga/planejar/Revista.pdf
21. UNESCO – 2000 – Relatório sobre estatísticas gerais do mundo – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet <http://unescostat.unesco.org/uisen/pub/pub0.htm>
22. UNESCO, Paris – 1999 – World Communication and Information 1999-2000 Report. Paris, 1999.
23. eRatings – 2001 – Ranking de acesso à Internet – Online - Disponível na Internet: <http://www.eratings.com/news/20001030.htm>
24. IBGE - 2001 – Dados Estatísticos sobre a população e habitações - Tabelas – Online - Disponível na Internet: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/sintese/tabela.shtm>
25. Cidade - 1998– Centro de Assessoria e Estudos Urbanos – Cidadania inquieta: reflexões a partir da segunda rodada do OP – Capturada em 02 Dezembro de 2000 – Online - Disponível na Internet www.portoweb.com.br/ong/cidade/texto5.htm

X – BIBLIOGRAFIAS

- Abers, Rebecca, 1995. "Desenvolvendo um sistema de critérios na Região Glória", De Olho no Orçamento (Boletim, Cidade -- Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, Porto Alegre). 1(2):3. Setembro.
- Abers, Rebecca, 1996. "From ideas to practice: the Partido dos Trabalhadores and participatory governance in Brazil" Latin American Perspectives 91(23).
- Abers, Rebecca, 1997. Inventing Local Democracy: Neighborhood Organizing and Participatory Policy-Making in Porto Alegre, Brazil, Tese de doutorado, Planejamento Urbano, University of California, Los Angeles.
- Abers, Rebecca, 1998. Learning Democratic Practice: Distributing Government Resources Through Popular Participation in Porto Alegre, Brazil." - M. Douglass and J. Friedmann, orgs., Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age, Chichester, U.K.: John Wiley & Sons.
- Abreu, Haroldo. 1991. Movimentos Populares Urbanos. Rio: FASE/(mimeo).
- Alvarez, Sonia Elena. 1994. Reweaving the Fabric of Collective Action: Social Movements and the Challenges to "Actually Existing Democracy" in Brazil. Rio: (mimeo).
- Arato, Andrew and Cohen, Jean, 1992. Civil Society and Political Theory. Cambridge : The MIT Press.
- Arendt, Hannah, 1958. The Human Condition. Chicago: Chicago University Press.
- Arno Augustin, 1998, Porto Alegre: o Desafio da Mudança. Porto Alegre, Ortiz.

- Avritzer, Leonardo, 1996. A Moralidade da Democracia. São Paulo: Perspectiva e Belo Horizonte: Ed. da UFMG .
- Baggio, Rodrigo, 2000. “A sociedade da Informação e a Infoexclusão”, Ci Inf. Brasília, v.29, n.2, p. 16-21, maio/ago.2000
- Baierle, Sérgio Gregório, 1992. Um Novo Princípio Etico-Político: Prática Social e Sujeito nos Movimentos Populares em Porto Alegre nos Anos Oitenta, Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Boito Jr., Armando. 1980. A Ideologia do Populismo Sindical. Teoria & Política nº 2. São Paulo.
- Brady, Henry E., 1990, "Dimensional Analysis of Ranking Data" - American Journal of Political Science. 34.
- Campbell, Vincent e Santos, Janet, 1975. “TELEVOTE: A New Civic Communication System”
- Canclini, Nestor G., 1996. Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- Cardoso, Ruth. 1987. Movimentos Sociais na América Latina. In Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 1. São Paulo.
- Carrion, Raul K.M. e Vizentini, Paulo G. Fagundes, 1998, “Globalização, neoliberalismo, privatização”, Editora da Universidade UFRGS, Prefeitura de Porto Alegre, CEDESP/RS
- Cassel, Guilherme & Verle João, 1994. "A política tributária e de saneamento financeiro da Administração Popular" - Arno Augustin, Porto Alegre: o Desafio da Mudança. Porto Alegre, Ortiz.
- Castaneda, Jorge G., 1993. Utopia Unarmed: the Latin American Left after the Cold War. New York: Alfred A. Knopf.
- Castells, Manuel. 1983. A Questão Urbana. Rio: Paz e Terra.
- Cidade - Regimento Interno do Orçamento Participativo 2000 – Capturada em 02 Dezembro de 2000 – Online - Disponível na Internet www.portoalegre.rs.gov.br/op2000/regimen.htm

- Cohn, Amélia, 1992. 'Mudanças Econômicas e Políticas de Saúde no Brasil'
- Ana C. Laurell (editor) Estado e Políticas Sociais no Neliberalismo. São Paulo: Cortez e CEDEC.
- Cohn, Amélia, 1994. 'Políticas Sociais e Pobreza no Brasil', Planejamento e Políticas Públicas, no. 12.
- Dagnino, Evelina. 1989. A Contribuição de Antonio Gramsci para a Teoria da Ideologia. Campinas: UNICAMP(mimeo).
- Dagnino, Evelina (editor), 1994. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- Diniz, Eli, 1982. Voto e maquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Domingues, José Maurício, 1996. 'A Subjetividade Coletiva e a Coordenação da Economia', Lua Nova, no. 36, pp. 175 - 97.
- [Domingues, J. M.](#), 1997. 'Dialectics and Modernity, Autonomy and Solidarity' – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - vol. 2, no. 4, www.socresonline.org.uk/socresonline/2/4/1.html
- Domingues, José Maurício, 1997. 'Imaginário Social e Esfera Pública, Burguesia Industrial e Intelectuais nos anos 30 no Rio de Janeiro', Arkhé, no. 18.
- Draibe, Sonia Miriam. 1988. O Estado do Welfare Brasileiro. Campinas: NEPP-UNICAMP.
- Durhan, E., 1986. 'A Sociedade Vista da Periferia', Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 1.
- Durham, Eunice Ribeiro, 1984. "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania", Novos Estudos Cebrap 10 (Outubro).
- Esping-Andersen, Goran, 1985. Politics against Markets. The Social-Democratic Road to Power. Princeton, NJ: Princeton University Press .
- Fedozzi, Luciano, Maria Regina Pozzobon and Rebecca Abers, 1995. "Orçamento Participativo: Pesquisa Sobre a População Que Participou da

Segunda Rodada de Assembléias do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre," Porto Alegre, CIDADE/FASE (mimeo).

- Fedozzi, Luciano, 1996. Do patrimonialismo à Cidadania: Participação popular na Gestão Municipal: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Tese de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Fedozzi, Luciano, 1997. Orçamento Participativo. Reflexões Sobre a Experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo e Rio de Janeiro: FASE/IPPUR.

- Fernandes, Rubem César, 1994. Privado Porém Público. O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Fiori, José Luís. 1993: "Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro." Desajuste global e modernização conservadora, editado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Friedmann, John, 1995. "Rethinking Poverty: Empowerment and Citizen Rights". Manuscrito.

- Fruet, Genoveva Maya. 1991. Conflict, Continuity and Community Interaction in a City Public Housing Agency, Porto Alegre, Brazil. Boston: M.I.T (tese de mestrado).

- Gadotti, Moacir & Pereira, Otaviano. 1989. Pra Que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, Cortez.

- Genro, Tarso. 1995. Experiências Democráticas de Participação Popular nas Prefeituras: Porto Alegre. Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania, editado por Renata Villas-Bôas e Vera Telles. São Paulo: CAJAMAR/ PÓLIS/ FASE/ IBASE.

- Gondim, Linda M., 1988. "Dilemas da participação comunitária," Revista de administração municipal, 35(187):6-17.

- Guareschi, Pedrinho. 1980. Urban Social Movements in Brazilian Squatter Settlements. Madison: University of Wisconsin (tese de mestrado).

- Haerberle, Steven H. 1989. *Planting the Grassroots: Structuring Citizen Participation*, New York, Praeger
- Hagopian, Frances, 1996. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hallet Jr, George H, 1940, "PR Proportional Representation, the Key to Democracy".
- Held, David, 1987. *Models of Democracy*. Cambridge: Polity.
- Heller, Agnes e Feher, Ferenc, 1988. *The Postmodern Political Condition*. New York: Cambridge University Press.
- Jacobi, Pedro, 1989. *Movimentos sociais e políticas públicas*, São Paulo, Cortez
- Koury, Mauro G. Pinheiro, 1996. 'Cultura e Subjetividade: Questões Sobre a Relação Luto e Sociedade', Mauro G. Pinheiro Koury (editores) *Cultura & subjetividade*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Kowarick, Lúcio (editor), 1988. *Anos 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos. As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio, Paz e Terra.
- Kowarick, Lúcio. 1993. *A Experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*. In *Novos Estudos CEBRAP n° 35*. São Paulo: CEBRAP.
- Laranjeira, Sônia M. G., 1996. 'Gestão Pública e Participação: A Experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, 1989-1995.', 48° Encontro da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência, São Paulo.
- Lasch, Christopher, 1979. *The Culture of Narcissism*. New York: Warner Books.
- Laurell, Ana C., 1992. 'Avançando em Direção ao Passado: A Política Social do Neoliberalismo' - Ana C. Laurell, editor. *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez e CEDEC.
- Lijphart, Arend e Grofman, Bernard, 1984, "Choosing an Electoral System: Issues and Alternatives".

- Lojkine, Jean. 1981. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes.
- Luce, R. Duncan e Howard Raiffa, 1957. Games and Decisions: Introduction and Critical Survey, New York, Dover.
- Lynch, Nicolás, 1997. 'New Citizens and Old Politics in Peru', Constellations, vol. 4.
- Macpherson, C.B., 1977. The Life and Times of Liberal Democracy. Oxford, Oxford University Press.
- Mann, Michael, 1986. The Sources of Social Power, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mansbridge, Jane, 1980. Beyond Adversary Democracy. Chicago, University of Chicago Press
- Melo, Marcos A. B. C. e COSTA, Wilson R., 1994. 'Desenvolvimento Sustentável, Ajuste Estrutural e Política Social: As Estratégias da OMS/OPS e do Banco Mundial para a Atenção à Saúde', Planejamento e Políticas Públicas, no. 11.
- Meneguello, Rachel. 1989. PT: A Formação de um Partido, 1979-1982, São Paulo, Paz e Terra.
- Niemi, Richard G. e Riker, William H., 1976, "The Choice of Voting Systems".
- Nunes, João A., 1995. 'As Solidariedades Primárias e os Limites da Sociedade-Providência', Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 42, pp. 5 - 25.
- Nylén, William, 1996. "Popular Participation in Brazil's Workers' Party: 'Democratizing Democracy' in Municipal Politics," The Political Chronicle.
- Oliver, Pamela, 1984. "If you don't do it, nobody else will': Active and Token Contributors to Local Collective Action." American Sociological Review, 49 (Outubro).

- Ottmann, Götz. 1995. Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil. In *Novos Estudos CEBRAP* nº 41. São Paulo: CEBRAP.
- Peliano, Ana; Rezende, Luis F. L. e Beghim, Nathalie, 1994. 'O Comunidade Solidária: Uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza', *Planejamento e Políticas Públicas*, no. 12.
- Pozzobon, Regina. 1995. A Cidadania com Igualdade Plena: um Caminho em Construção na Cidade de Porto Alegre. In *De Olho no Orçamento*, Ano 2, nº 3. Porto Alegre: CIDADE.
- Ravitz, Evan, 1993. "Directed Boulder, Colorado's 1993 Voting by Phone ballot issue".
- Reis, Elisa P., 1996. 'Political Sociology in Brazil: Making Sense of History', *Current Sociology*, vol. 44.
- Reis, Elisa P. e Cheibub, Zairo B., 1993. 'Pobreza, Desigualdade e Consolidação Democrática', *Dados*, vol. 32.
- Reis, Fábio Wanderley. 1990. Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil. - *Década Perdida de Noventa: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas (Vol. 4)*. Brasília: IPEA.
- Revista Cidade. 2000 - Parte 1 da Explicação sobre o funcionamento do OP Cidade - – Capturada em 02 Dez. 2000 – Online - Disponível na Internet www.pbh.gov.br/siga/planejar/indexop.htm os arquivos: Anexo1.pdf, Anexo23.pdf, Anexo4.pdf
- Rolnik, Raquel. 1990. Morar, Atuar e Viver. - *Teoria e Debate*, nº 9. São Paulo: Partido dos Trabalhadores.
- Sader, Eder. 1988. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio: Paz e Terra.
- Sader, Emir (editor), 1994. *Idéias para uma Alternativa de Esquerda à Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Santos, Wanderley G., 1979. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

- Santos, Wanderley G., 1994. Regresso. Máscaras Institucionais do Liberalismo Oligárquico. Rio de Janeiro: Opera Nostra.
- Santos, Souza, Boaventura, 1995. Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez.
- Sartori, Giovanni, 1987. The Theory of Democracy Revisited. Chatham, Chatham House.
- Schmidt, Davi, 1993. A "desidiotização" da cidadania: A formação do cidadão para a coisa pública, através de sua participação no processo do orçamento participativo de Porto Alegre, entre 1989 e 1992. Tese de Mestrado (Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Schnorr, Pedro Rudimar. 1990. Vilas Populares: do IAPI à Periferia. Porto Alegre: CIDADE/(mimeo).
- Schofield, Norman, 1985. "Anarchy, Altruism and Cooperation: A Review." Social Choice and Welfare.
- Singer, Paul, 1980. "Movimentos de Bairro." Paul Singer and V.C. Brant, orgs São Paulo: O Povo em Movimento, São Paulo, Cebrap.
- Straffin, Phillip, 1980, "Topics in the Theory of Voting"
- Tarrow, Sidney, 1994. Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tideman, Nicolaus, 1995, "The Single Transferable Vote" Nicolaus Tideman in Journal of Economic Perspectives. Winter 1995, 27-38.
- Tilly, Charles, 1978. From Mobilization to Revolution, Reading, MA, Addison-Wesley.
- Touraine, Alain. 1989. Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina. Campinas: UNICAMP/Trajectoria Cultural.
- Vianna, Luiz W., 1991. De um Plano Collor a Outro. Rio de Janeiro: Revan.
- Wainwright, Hilary, 1994. Arguments for a New Left. Cambridge: Cambridge University Press.
- Werthein, Jorge, 2000. "A sociedade da Informação e seus desafios",

Ci Inf. Brasilia, v.29, n.2, p. 71-77, maio/ago.2000

- Young, Iris Marion, 1990. Justice and the Politics of Difference. Princeton, Princeton University Press.